AS MINAS DO SERTÃO DE MACACU

José Antônio Soares de Souza

1

Em artigo que escrevi, em 1957, sobre Cantagalo, (1) fiz o seguinte reparo: «Na *Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, feita por Ordem do Conde da Cunha, Capitão General e Vice-Rei do Estado do Brasil, por Manuel Vieira Leão, Sargento-Mor* e *Governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião, em o ano de* 1767, o espaço compreendido entre a Serra do Mar e o Rio Paraíba, onde uns trinta anos depois se localizariam os sertões de Cantagalo, tem a seguinte nota: 'Certão ocupado por índios brabos'. Longe de possível expansão do litoral para as terras de serra acima, o que se presume desta carta é, justamente, o contrário, um movimento regressivo no Rio Macacu, ao Norte da Capela da Conceição, onde se encontra este esclarecimento: «Fazendas que se demoliram». (2)

Esta última indicação do Sargento-mor, autor da *Carta Topográfica*, se confirma de um passo do *Relatório* do Mestre de Campo Alexandre Álvares Duarte de Azevedo, apresentado ao Marquês de Lavradio, em 1778, sobre a Freguesia da Vila de Santo Antônio de Sá, no qual declarou: «Terras por cultivar e evacuadas por Ordem do Ilmº e Exmº Sr. Conde da Cunha, há doze anos a esta parte na Cachoeira do Rio Macacu, à parte esquerda subindo para a Serra». (3)

Fiquei curioso de saber a razão que motivou as demolições de fazendas e terras evacuadas. Esta razão não podia deixar de existir e o seu conhecimento me explicaria o fato de a povoação do «certão» dos índios brabos, entre a Serra do Mar e o Paraíba, não se ter verificado, como seria natural, pelo Rio Macacu acima, uma vez que a baixada, até o sopé da serra, ou seja, até a Capela da Conceição já o estava, e a ascensão, efetuada pelo Macacu, fora paralisada de ordem do Conde da Cunha, da qual resultaram as demolições das fazendas e abandono das terras.

A explicação encontrei-a no Arquivo Nacional, há já alguns anos, de notável documentação sobre o Mão de Luva. Mas só agora tenho a oportunidade de aproveitá-la e vou fazer o possível de reproduzi-la aqui, com toda a fidelidade, de acordo com as cópias que então tirei.

2

Sabia-se, «por tradição dos antigos paulistas», da existência nos sertões, que, no mapa de Vieira Leão, figuram ocupados pelos índios brabos, confinantes com a Capitania de Minas Gerais, pelo Rio Paraíba, de «grande quantidade de ouro». Esta tradição se confirmou pelo fato de um índio entregar algumas amostras de ouro, daquele sertão, a Maurício José Portugal, morador de Cachoeira de Macacu.

Imediatamente Maurício José Portugal solicitou aos governadores interinos que, por falecimento do Conde de Bobadela, assumiram o governo da Capitania do Rio de Janeiro, «licença de ir fazer, à sua custa, um descoberto de ouro, que poderia ser de trinta léguas desta cidade». A justificar o pedido, acrescentava que, «tendo praticado com alguns índios brabos daqueles sertões, o tinham informado que, por ali, havia abundância daquele metal, trazendo, por duas vezes, algumas amostras».

A licença foi concedida, depois de ouvido o Desembargador Intendente do Ouro, com as seguintes condições: 1º — concluir em dois meses a diligência; 2º — assinar termo, comprometendo-se a prestar contas; 3º — não extraviar porção alguma de ouro; 4º — entregar todo o ouro encontrado na Casa da Moeda, «para lhe ser pago pelo seu justo valor». (4)

3

Em 1763, ao assumir o governo da Capitania, já na qualidade de vice-rei do Brasil, o Conde da Cunha não viu com bons olhos a extração de ouro, em local tão próximo da sede do seu governo. E a 26 de dezembro de 1763, oficiou ao Secretário de Estado, comunicando-lhe o que estava ocorrendo e, possivelmente, opinando contrariamente à concessão. (5)

Foi categórica a resposta do Secretário de Estado, Francisco de Mendonça Furtado, no sentido de vedar completamente o acesso ao sertão de Macacu.

«Fiz presente a Sua Majestade a carta de V. Exa. — escrevia Mendonça Furtado ao Conde da Cunha, um ano depois — que tem data de 26 de dezembro de 1763, sobre o descobrimento do ouro, que alguns moradores da Vila de Santo Antônio de Macacu haviam feito no sítio da Serra dos Órgãos com permissão do Intendente Geral dessa Capitania; sem que este participasse a V. Exa.

«O mesmo Senhor foi servido determinar que V. Exa. faça vedar esse descobrimento com toda a força, e mande vigiar por Ministros e Oficiais Militares; que todos devem informar a V. Exa. para que não haja contravenção nesta ordem; porquanto Sua Majestade proíbe, com a mais positiva defesa, que se trate de tal descobrimento: ordenando que, muito pelo contrário, se extingam até as memórias de que se intentou; aplicando-se a isso todos os meios praticáveis.

«Ao sobredito Intendente Geral do Ouro dessa Capitania, manda o mesmo Senhor estranhar muito severamente haver tomado uma semelhante resolução, mandando fazer um descobrimento tão contrário às Reais Intenções e Resoluções de Sua Majestade; sem ordem que o legitimasse, e sem participar a V. Exa. o que obrou ao dito respeito. Ao mesmo tempo o manda recolher a este Reino; e em seu lugar vai nomeado outro intendente.

«Deus Guarde a V. Exa. — Salvaterra dos Magos, a 31 de janeiro de 1765». (6)

4

Foi rigorosamente cumprida a ordem do Rei, pelo Conde da Cunha, que devastou toda a serra, de Cachoeira ao Cônego, sem escapar uma única fazenda ou plantação.

Presumo ter o Conde optado por essa obra de devastação, na impossibilidade de fechar as entradas do sertão. Em carta de 9 de novembro de 1765, confessava a Mendonça Furtado essa impossibilidade, ao escrever: «o vedar as entradas das terras minerais próximas a Macacu, é o maior impossível que se pode intentar, porque uma tão larga extensão de serras em distritos desertos ou habitados de gentio brabo, que formalidade poderá haver para estes inumeráveis homens, que nesta Capitania e na de Minas Gerais, andam procurando este apetecido terreno, se não metam nele ainda que lhes custe maiores trabalhos. Todos sabem que Sua Majestade não quer permitir estes descobertos e que eu os embaraço, e não obstante este conhecimento todos se fingem ignorantes, e continuamente estão fazendo requerimento aos Intendentes para que se lhes permita o minerarem nos ditos distritos». (7)

Talvez, diante de tal insistência, optasse o Vice-Rei pelo arrasamento das fazendas. O encarregado de tão estranha diligência foi o Mestre de Campo Miguel Antunes Ferreira, do Distrito de Maricá. (8) Em 1767, quando da publicação da *Carta Topográfica*, de Vieira Leão, já estava tudo arrasado e a população evacuada.

Em 1779, em documento datado de 10 de agosto, contou Miguel Antunes Ferreira a maneira por que realizou a diligência, de ordem do Conde da Cunha, descrevendo os lugares por onde

passou e os índios que encontrou no caminho. Tem-se, assim, a narração feita pelo próprio executor da ordem, muito embora relembrada quatorze anos depois. Tratava-se de informar o Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Souza, recém-chegado ao Rio de Janeiro, do que ocorrera, em 1765, nos sertões de Macacu. Vou reproduzir, em parte, este documento, não só por curioso, mas também por ser o primeiro (ao menos que eu conheça) a indicar uma grande extensão do caminho ou picada até as minas de Macacu. Neste documento escreveu Miguel Antunes Ferreira:

Começou por declarar ter tido a honra de lhe ordenar o Conde da Cunha penetrasse «naqueles matos», a fim de lhes averiguar a natureza. E prosseguiu, dando as seguintes informações:

«Na conformidade das ordens, fiz a entrada pelas Cachoeiras do Rio Macacu, junto à Serra dos Órgãos, onde se acham estabelecidos e afazendados Maurício José Portugal, José Correia Morvan e outros, cujas casas e fazendas, pelas ordens do mesmo Exmº Sr. Conde Vice-Rei, foram demolidas e arrasadas; (9) e, seguindo o destino por caminho pouco tratável, encontrei, no primeiro dia de marcha, um pouco do gentio bárbaro, e nele dois índios, duas índias e algumas crianças. Mimoseando e agasalhando a todos, persuadi a me acompanharem os dois índios. Seguindo o mesmo caminho e subindo logo a Serra dos Órgãos, fui dar da parte dalém, dois dias de marcha, em uma povoação do Reverendo Cônego Antônio Lopes Xavier, em cujo sítio achei um feitor branco, alguns escravos e cópia grande de criações e mantimentos, que tudo foi evacuado e demolido, pelas mesmas ordens de Sua Excia., sendo aquela a última povoação do continente de Macacu».

Assim, foi a fazenda do Cônego Antônio Lopes Xavier o último ponto em que encontrou um estabelecimento agrícola com criações e escravos e o último a ser arrasado. Daí em diante, a mata espessa e o trilho do gentio. Seguiu, portanto, pela «picada do gentio, única saída que achei — dizia o Mestre de Campo —, por ser aquele lugar todo rodeado de uma impenetrável serrania. E, prosseguindo por inacessíveis montanhas e perigosas cachoeiras, com doze dias de marcha, fui dar à *Cachoeira do Rio Grande*, assim chamada pelo gentio, de cujo lugar avistei, em pequena distância, a serra, chamada dos *Lanções* (*Lançoens*), serra que os antigos paulistas e mineiros faziam esperanças dos maiores haveres; e procurando-a pela parte das Minas Gerais a não puderam descobrir, por se achar da parte de cá do Paraíba».

Para se chegar a essa serra, vindo de Minas Gerais, seria preciso, antes, domesticar ou afugentar «as duas mais copiosas, mais bárbaras e guerreiras Nações, que abundam aqueles sertões, do gentio *Chopotó* (*Xopotó*) e *Puri*». «Seguindo a marcha rio abaixo (*Rio Grande*) — continuou Miguel Antunes Ferreira —, fiz alto na margem do mesmo rio, para descansar toda a comitiva

e tratar da saúde de alguns enfermos, já determinado a retroceder a marcha, porque em toda ela, e nas demais diligências, não descobri caminhos ou picadas, por onde se transitasse gentio, nem vestígio algum de que se extraísse ouro». Havia, no entanto, uma trilha de gentio. «Neste lugar, por um índio bárbaro que aprisionei, fui sabedor de estar das aldeias com três dias de marcha, e agasalhando o referido índio, vestindo com o asseio possível, e armando-o Capitão, o enviei às aldeias, e com ele os dois já referidos, que conheci do primeiro pouso, como também um soldado, pelos quais mandei ao Cacique governador, à sua mulher e filhos, algumas dádivas e drogas, a que eles são afeiçoados, e eu ia prevenido».

Soldado e gentios voltaram com «um copioso número de gentio bárbaro, da *Nação Orosó*, com os capitães ou caciques de diferentes bandeiras, gentio flexível e domável». Soube pelos índios, pois não tinha ordens para averiguar, da existência de aldeias a três dias de distância e outras, no Paraíba, a cinco, bem assim de muito ouro e pedras preciosas infinitas.

«Do Rio Grande — finalizou — donde tive encontro com o gentio, e retrocedi a marcha, a parte do Mar dista cinqüenta léguas, pela estimação». Maurício José Portugal não passara do *riacho Palmital*. Na retirada gastou o Mestre de Campo nove dias, pois viera com pressa, receoso do que lhe ficara à retaguarda. E deu a seguinte indicação do tempo que se gastaria de Cachoeira ao local das minas: «Atendendo, pois, ao escabroso dos caminhos, pela eminência dos montes, e tão horrorosas cachoeiras, que nem a arte, nem os benefícios dos tempos o poderão fazer bom, se gastarão de quinze até vinte dias a chegar ao coração das referidas Minas». [10]

5

Desta notícia, de 1765, quando o Mestre de Campo Miguel Antunes Ferreira se embrenhou nos Sertões de Macacu, consta pequena nomenclatura dos lugares por onde passou ou dos que mencionou. Apenas anotei: *riacho ou córrego do Palmital;* as *Serras dos Lançoens;* o *Rio Paraíba*, e a *Cachoeira do Rio Grande*. Era uma terra sem nome, palmilhada apenas pelos índios. O único branco que se arriscara, naqueles sertões, fora Maurício José Portugal, mas que não chegara ao local das minas, pois não passara do córrego do Palmital.

6

Foi contraproducente a devastação do território, com o arrasamento e abandono das fazendas, de ordem do Conde da Cunha. Longe de extinguir a memória, como se pretendeu, do ouro de Macacu, espicaçou-se a cobiça daqueles indivíduos mais corajosos e audaciosos, excitados pela fama das riquezas dos Sertões de

Macacu, tão decantadas, desde então. Ainda em 1765, dois frades, frei Custódio de São Luís e frei Vicente Ferreira, andaram «minerando pelos sertões de Macacu». Mas, por pouco tempo, pois foram expulsos pelos índios. (11)

7

Em 1779, quatorze anos depois do arrasamento, voltou à baila o ouro de Macacu, com a notícia de que estava sendo explorado por garimpeiros. Esta notícia chegou nos últimos meses do governo do Marquês de Lavradio, e nela se denunciava o seguinte: «pelos sertões que se seguem às Cachoeiras de Macacu, andavam a extrair ouro muitas pessoas, que tinham entrado pelas mesmas cachoeiras, por onde antecedentemente havia entrado o dito Maurício José Portugal, e pelos sertões de Magé, Suruí, Campos dos Goitacazes, tendo também entrado de um sítio chamado Cebola, no caminho das Minas Gerais, atravessando o Rio Paraíba». (12) nas Gerais a atacá-los pelo lado mineiro, por se lhe afigurar mais

8

A denúncia, porém, mais formal, feita ainda ao Marquês de Lavradio, foi a do Mestre de Campo do Distrito de Inhomirim, Bartolomeu José Vaia, remetendo duas listas com os nomes «dos moradores de Inhomirim, que entraram na terra, a diligenciarem a extração do ouro naquela parte, de onde se recolheram os da lista nº 1, derrotados e miseráveis, faleceram no mato dois da mesma conduta, ficando os mais recolhidos a suas casas no mesmo Distrito de Inhomirim. Todos estes homens são muito pobres, e vivem na maior penúria. Os mencionados na lista nº 2, que também desceram do mato, são mais possibilitados e constame que passaram a residir nos Distritos da Vila de Santo Antônio de Sá, onde se acham». Esta denúncia do Mestre de Campo Bartolomeu José Vaia está datada de 28 de fevereiro de 1779. (13)

9

Pouco depois Lavradio foi substituído por Luís de Vasconcelos e Souza. Foi este Vice-Rei que deu início à repressão contra os mineiros clandestinos de Macacu, mandando, imediatamente, proceder à devassa e ouvindo os mestres de campo e outras autoridades locais. Recebera, também, o novo Vice-Rei, logo depois de chegar ao Rio de Janeiro, a seguinte participação da Câmara de Santo Antônio de Sá, em ofício de 26 de abril de 1779:

«A nossa notícia chega que nos sertões das Cachoeiras de Macacu se acha uma nova povoação de homens Mineiros, os quais assistindo na Borda do Campo, vadiaram o sertão, e passaram o caudaloso Rio da Paraibuna, procurando as aldeias, que nas entranhas deste bosque há; e a primeira que encontraram toda desertou, amedrontados os índios receosos do grande concurso de

homens armados, que vieram, em cuja estância ou deserta aldeia se achavam residindo estes vadeadores, com agricultura, derribadas, roçadas de milho, feijão e abóboras, e outros víveres; cuja fama de copiosíssimo e riqueza, que, na verdade, este sertão em si encerra, há de infalivelmente ter convidado a muitos dessa capital e seu contorno para a sociedade do extravio do ouro em pó». (14)

10

Desde 5 de março de 1779, quando ainda se achava no governo o Marquês de Lavradio, pedia o Intendente Geral do Ouro, Manuel Pinto da Cunha e Souza, testemunhas do fato que se lhe denunciava, para iniciar a devassa. Este pedido formalizou-o, novamente, a Luís de Vasconcelos, em 20 de maio do mesmo ano, alegando não poder individuar os extraviadores do ouro, que andavam com cautela, nem determinar o lugar em que se achavam as minas. Pedia, também, fossem ouvidos os mestres de campo e os sargentos-mores.

Em 29 de abril, o Intendente do Ouro Manuel Pinto avisava a Câmara de Santo Antônio de Sá do que vinha ocorrendo no sertão de Macacu: «De que alguns mineiros da Borda do Campo, aonde assistiam, romperam o sertão, e passando o Rio Paraibuna, procuraram as aldeias dos índios, que se acham nos sertões das Cachoeiras de Macacu, na primeira das quais estabeleceram uma nova povoação, em que residem». (15)

11

Iniciada a devassa, foram ouvidos pelo Vice-Rei as autoridades requeridas pelo Intendente Geral. O primeiro a responder foi o Sargento-Mor das Ordenanças, Brás da Costa Barreiros, em carta de 21 de julho de 1779: «Eu fico atacado de uma erisipela e às ordens de V. Exa. — dizia ele a Luís de Vasconcelos — a quem Deus Guarde». Referiu-se, em seguida, à devassa geral do extravio do ouro, informando de que dera início a diligências. Entre outras a de alguns soldados, comandados pelo alferes Manuel Antunes, que «toparam com um cavaleiro e um negro». O cavaleiro fugira; «disparou a pistola e ausentou-se, valendo-se da noite escura». O negro fora preso, porém não denunciou o cavaleiro. Entre as roupas que trazia o preso se encontrava «uma balança de pesar ouro, com marco e grãos». (16)

12

Foi, então, que, ouvido, Miguel Antunes Ferreira remeteu a Luís de Vasconcelos, a 10 de agosto de 1779, o que havia comunicado, pouco antes, ao Marquês. E acrescentou, na mesma data, em outro escrito, o que se lhe havia indagado sobre o lugar em

que se localizavam as minas. Reportando-se à comissão que recebera do Conde da Cunha, em 1765, informava sobre o lugar, em que se encontravam as Minas do Paraíba, vulgarmente de Macacu, assim:

«Respondo, Senhor, que o lugar onde se acham as referidas Minas é nas margens do Rio Paraíba, Córrego do Palmital, sítio em que sempre residiu o gentio Bárbaro da Nação Orosó; retirados presentemente por temer dos novos habitadores daquele sítio, que, consta por notícias certas, ser copioso o número de brancos e pretos ocupados na extração do ouro, com ranchos e moradias, abundância de plantas e lavouras, sendo cabeça daqueles rebeldes um Manuel Henriques, chamado o Mão de Luva, vindo das Minas Gerais, com dois irmãos e um sobrinho». (17)

Pela primeira vez se apontava o chefe dos extraviadores: Manuel Henriques, o Mão de Luva. Homem alto, o primeiro a aparecer, quando alguém despontava no descoberto, e isso «com uma pistola debaixo do braço e uma espada na mão». Era aleijado «da mão direita», usando em seu lugar uma luva ou um pano. (18)

Voltando a tratar do lugar em que estavam as minas, continuou Miguel Antunes Ferreira a informar o Vice-Rei: «O caminho para as referidas minas faz-se pelo lugar chamado Cachoeira de Macacu; e, subindo as Serras dos Órgãos, vai dar da parte de além em o sítio do reverendo Cônego Antônio Lopes Xavier; e, prosseguindo por picada antiga do mesmo gentio, vai finalmente ao lugar referido das Aldeias do Córrego do *Palmital*, que será distante desta cidade sessenta léguas pela estimação». (19)

Seguiu o Mestre de Campo de Maricá repetindo o que se dizia das grandes riquezas das minas do descoberto, acrescentando que a maior riqueza se supõe nas *Serras Lanções*, vizinhas das aldeias dos índios, em que se instalaram os mineiros. Aí, nestas serras, foi «onde os antigos Paulistas e Mineiros fizeram sempre esperanças das maiores riquezas».

«Do mesmo córrego *Palmital*, margem do Paraíba, a um outro lado, são Minas Gerais, abundantíssimas de ouro, confinando, por uma parte, com a Capitania de Minas, sem outro embaraço que a passagem do mesmo *Rio Paraíba*, e encontro das duas mais bárbaras e guerreiras Nações Gentios de *Chopotó* (*Xopotó*) e *Puri* que abundam aqueles sertões». Depois de indicar o restante dos limites, finalizou: «Isto que digo é vulgar por tradição, e eu ouvi dos gentios, atuais habitadores daqueles sertões, por ocasião em que pelas ordens do Exmo. Sr. Conde da Cunha, fui examinar os mesmos sertões, donde tive encontro com o referido gentio».

Era difícil, segundo pensava, guardar as entradas para o sertão, mas tendo de indicar os lugares mais apropriados, indicava o sítio ou fazenda do dito Reverendo Cônego Antônio Lopes Xavier, a qual foi evacuada e demolida e arrasada no governo do Exmo. Sr. Conde da Cunha». Estava este sítio rodeado de «uma impenetrável serraria, só tem uma saída tão estreita». (20)

13

Respondeu, em seguida, ao Vice-Rei, o Mestre de Campo Alexandre Alvares Duarte de Azevedo. Foi breve. Apontou, de início, «a principal e mais cômoda entrada para as ditas Minas», que era pelas cachoeiras do Rio Macacu». Também se podia entrar por Macaé, pelo Rio São João, e pelo Rio Macabu dos Campos de Goitacazes. «É notoriamente constante — afirmava — que os ditos sertões abundam de muito ouro. E a serra, chamada dos Lançōes», «se conserva memorável, pela muita riqueza, na tradição e roteiros paulistas.»

Difícil a guarda do sertão, «pela multiplicidade de lugares», na entrada das minas. Opinava por um registro de guarda no lugar em que existira a fazenda do Cônego Antônio Lopes Xavier. (21)

14

O Mestre de Campo Bartolomeu José Vaia, de Inhomirim, tratou, principalmente, dos habitantes do novo descoberto e da maneira por que eles se organizaram, demonstrando perfeito conhecimento. «O cabeça dos referidos extraviadores — informava Vaia ao Vice-Rei — é um sujeito de Minas denominado o *Mão de Luva*, o qual se apelida *coronel* de duzentos homens brancos, e que os comanda. E cada um destes tem a três, a quatro e cinco escravos, que, ao todo, faz um bom número de gente, que se repartiu em companhias, e assim fazem serviço mineral, repartindo o ouro, que tiram, no fim de cada semana, à proporção dos escravos que cada um tem. Um Antônio Barbosa, que foi soldado do esquadrão, é o tenente-coronel deste dito corpo; e as companhias têm os seus competentes oficiais. Tem aquele lugar levantado um grande arraial, com casas de palha e roças para mantimentos». (22)

15

Pensou, então, Luís de Vasconcelos que, fechando as entradas para o sertão de Macacu, colocando guardas em vários pontos, obrigaria os mineiros clandestinos a abandonarem o lugar, em que estavam, pela falta de víveres e de intermediários na troca do me-

tal explorado. Assim, em circular, dirigida aos mestres de campo e sargentos-mores, em data de 3 de setembro de 1779, ordenou que fossem guardadas as entradas do sertão. (23)

16

Foi o Sargento-Mor Manuel Pereira da Silva o primeiro a informar o Vice-Rei das providências tomadas, em cumprimento da circular de 3 de setembro. Em carta, datada da Vila de São Salvador, de 27 de setembro de 1779, dizia a Luís de Vasconcelos ter colocado guardas em vários pontos. No Rio Macaé fora posta a um dia e meio de viagem rio acima.

Alongou-se o Sargento-Mor em sua informação, pois se estendeu a vários assuntos relativos às minas de Macacu. Assim prosseguiu referindo-se à notícia que teve em uma aldeia de índios. Um dos índios dessa aldeia fora, «por língua, conduzir uns homens que ali tinham feito entrada» no sertão. O Sargento-Mor mandou prender o índio, tomando-lhe as seguintes declarações. Da sua aldeia se comunicava, por uma picada, com outra no Rio de São João. Daí se vai rio acima, em canoas, até outra, de Iatuaíba. E desta tem caminho até Tapacorá. «E disse mais» o índio, «que haverá três meses foram à sua aldeia José Gomes e Carlos de tal, moradores do Rio de São João; Joaquim e Vicente, moradores de Macaé, e Manuel Pereira, marinheiro, e lhe pediram fosse com eles, por língua, para os poder passar em suas aldeias de gentio, que haviam no caminho das Minas Novas, para onde pretendiam passar, levando já por guia um índio das mesmas aldeias, que aí se achava, e que, para isso, lhe pagariam meia dobla. E, com efeito, foram por uma picada até perto das ditas Minas. Aí entraram nos matos e foram, com quatorze dias de viagem, dar nas ditas Minas, aonde chegaram perto da noite, e lhes saiu ao encontro um homem alto, chamado Manuel Henriques, com uma mão de luva, que os veio reconhecer do caminho, perto dos ranchos, com uma pistola debaixo do braço e uma catana na mão. E, ao mesmo tempo, foram saindo todos os mais para fora dos ranchos, com as suas armas de fogo na mão, e vendo que era gente de paz os recolheu». No final, calculou numas vinte pessoas, entre brancos e pretos existentes nas minas.

Este índio foi remetido ao Desembargador Intendente Geral do Ouro. Confirmou ao Intendente o que dissera ao Sargento-Mor, acrescentando que o homem armado, que lhe saíra ao encontro, «tinha uma mão de pano». E mais que de sua aldeia, na Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé, partiam vários caminhos e que, com um dia de jornada, se topava com o pequeno rio, chamado de São Pedro, «por onde andavam muitos serradores de madeira». (24)

17

Em carta da Vila de Santo Antônio de Sá, de 1780, informava o Mestre de Campo Alexandre Alvares Duarte de Azevedo ao Vice-Rei a maneira por que cumprira a circular de 3 de setembro. «No ano próximo passado de 1779 — escrevia ele — mandei estabelecer um destacamento de seis soldados e um cabo e um sargento, passada a Serra dos Órgãos, na Fazenda do Capitão José do Couto».

Fora posta esta guarda por precaução, pois ficava muito longe do sertão de Macacu. Colocara outra guarda no sítio que pertencera ao Cônego Antônio Lopes Xavier. Em janeiro, a patrulha desta última guarda, «que saiu um dia de marcha, achou rasto de ter saído gente para fora». A patrulha seguiu o rasto, mas não alcançou ninguém. «Disseram que era Manuel Henriques, Manuel Rodrigues e outros», retornando ao descoberto. Dava o Mestre de Campo mais estas notícias: constava que «o dito Manuel Henriques se recolheu à cidade do Rio de Janeiro». Apanhou-se depois um negro do Mão de Luva, «armado de clavina e pistola». O capitão do mato matou-o, por resistir, perto da Fazenda do Padre Francisco Fonseca. ([25])

18

José Gomes, mencionado nas informações do Sargento-Mor Manuel Pereira da Silva, de Campos dos Goitacazes, fora pronunciado na devassa, instaurada pelo Vice-Rei, por ter entrado nas minas de Macacu. Viera ao Rio de Janeiro preso, não sei por que razão, de ordem do Santo Ofício, pelo comissário Vicente Ferreira de Noronha, Vigário da Freguesia de Maricá. No Rio de Janeiro, levaram-no «para o cárcere do Convento do Carmo».

Sabendo da prisão, mandou Luís de Vasconcelos ouvir o prisioneiro sobre o extravio do ouro. Foi ouvido por outro comissário, Frei Bernardo de Vasconcelos, religioso do Carmo.

José Gomes foi, sem dúvida, quem, até então, prestou mais exatas e completas informações sobre o novo descoberto e, principalmente, sobre o caminho a trilhar até as minas. Com notável memória panoramica, falando muito e com visível prazer de poder recontar o que vira, descreveu minudentemente o caminho que perlustrara, com pormenores espantosos. Tem-se a impressão de que lia um roteiro e não refazia de memória. Enganara-se, no entanto, como os outros, no tocante às fabulosas riquezas das minas de Macacu. É possível que tão interessantes revelações o fizesse o prisioneiro na esperança de que o Santo Ofício o perdoaria da falta cometida, em consideração da ajuda prestada ao Vice-Rei, na procura dos contraventores de Macacu.

Não custou muito a Frei Bernardo de Vasconcelos conseguir lhe declarasse José Gomes tudo quanto sabia. O homem gostava de se recordar dos seus tempos de garimpeiro. Foi o seguinte o depoimento prestado, que sintetizo, em vários passos, a fim de lhe diminuir um pouco o tamanho:

«A maior notícia que pude achar — disse o prisioneiro a Frei Bernardo — foi que fica esta estrada pela parte de Macacu, seguindo a estrada de Maurício José (Portugal) até a Fazenda do Cônego Antônio Lopes Xavier; em cujo lugar se acha um destacamento. Segue-se esta estrada pelo rio abaixo, chamado *Cônego*, até passar o mesmo rio à outra parte. Depois, sobe-se um morro, chamado *Queimado;* descido este até a outra parte. Segue-se a varge, chamada *Bengala;* passa-se o mesmo rio à outra parte, por uma ponte feita de pau de cerne; passada esta, continua-se a mesma varge para diante, por uma picada que se acha feita até o lugar chamado *Caveira*, por se achar aí uma caveira. Aí se torna a atravessar o mesmo rio, e passado este à outra banda, saindo um morro pequeno que fica fronteiro, seguem-se vários outeiros pequenos até o lugar chamado *Rancho das Pedras*. Por aí se acham algumas cavidades numas rochas. Segue-se outro morro também chamado o *Queimado;* descido este à outra parte, continua-se a marcha pela fralda do mesmo morro até encontrar uma *Rancharia Grande*, na margem de um pequeno córrego (corgo); a qual rancharia serve para descanso dos que entram e saem deste lugar. Continua-se a marcha até o *Rio Grande*, assim chamado, o qual fica perto. Chegado a este, segue-se por ele abaixo, por terra, até se encontrar com uma grande *pedra com feitio de casa*, debaixo da qual dormem os que vão àquele lugar. Passada esta, descendo logo direito ao rio, chega-se a uma ponte, fabricada de outro grande pau. Passa-se desta à outra banda, e logo se encontra outra *grande rancharia* à margem do mesmo rio, chamada a *Rancharia do Barbosa*, a qual serve também de descanso aos caminhantes. Deste lugar passa-se pelo rio abaixo, até chegar a um córrego (corgo), chamado *Santa Teresa*, que fica em distância de 150 braças. Sobe-se o *Morro Grande*, que fica da mesma parte, descendo à outra parte e logo se encontra um morro pequeno».

Com esta profusão de nomes de lugares e de indicações pormenorizadas, não chegou senão à metade do caminho. A continuação tem as mesmas características de exatidão. Atravessa-se «um ribeiro» — continuava ele —, indo encontrar o *Rancho dos Barbados*. Seguem-se o *Rancho do Martinho* e o *Morro da Ajuda*. Deste morro se avistava a *Serra do Frade*, em Macaé. Foram mencionados, em continuação, os seguintes pontos de referência: *Rancho do Jequitibá, Grande Rancharia, Boaventura, Pay, Grande Rancho, Caititu*. Depois de um córrego, outro *Morro Queimado* (era o terceiro deste nome) e o *Rancho das Três Cruzes*. E, a

pouca distância, cruzam-se *Dois Paus*, «para sinal e marco da estrada para Minas Gerais». Vem, em seguida, a *Serra das Três Cruzes*, tendo no alto uma capoeira com pequeno rancho, também das *Três Cruzes*.

Prossegue o caminho por pequenos morros e grotões até o *Rancho de José Lopes*. Atravessa-se, por três vezes, um pequeno ribeiro até a *Capoeira da Caveira do Frade*. E daí à *Capoeira dos Índios*, onde existira uma aldeia de índios, e à *Rancharia da Serra Grande da Lavra*, em que se acham três paus grandes, fronteiros uns aos outros, e no menor destes paus está uma pedra, posta por baliza, em um galho, pelos índios, para ninguém «dali passar adiante».

Agora já se aproxima do descoberto. Mas ainda se tem de atravessar uma grande serra, indo pelo «capão de mato virgem», depois da *Cachoeira dos Índios*. Chega-se à zona do ouro, pois se encontra outro córrego com ouro, em que «pinta, geralmente, dois vinténs, quatro vinténs de ouro por bateada». Adiante se topa com uma encruzilhada de dois caminhos: «um que é *Lavra Arriba*, e vai dar em Macaé, outro *Lavra Abaixo*, que vai sair em uma capoeira que sai nas roças de Manuel Henriques, Mão de Luva, de *Xopotó* (*Chopotó*), e seus camaradas».

Daí seguia roça abaixo, acompanhando o *Rio da Lavra*, até 150 braças, em que se achavam as lavras, de onde se extraía o ouro. As riquezas, segundo as informações de José Gomes, eram imensas. Existia um ribeiro cheio de pedras preciosas. Houve experiência em uma libra de pedra que dizem ser diamante. Não se contentou com a alegação, quis exemplificar: «Manuel Roiz, homem pardo que anda a vinte e tantos anos neste sertão, tirou um diamante de 33 oitavas de peso». Referiu-se ainda aos rios *Imbé* e *Macacu* e ao caminho de Macaé. «Pelo que expusemos — continuava — da estrada de *Macacu* para as ditas Minas, chegando ao lugar chamado *Três Cruzes*, tinha uma pedra de amolar à mão esquerda, e nesse mesmo lugar a picada que entra para Minas Gerais. Vai-se por ela sair a uma aldeia, e perto desta fica o *Rio Paraíba* (viagem de dois dias); passando este à outra banda, segue-se a picada que vai dar à *Igreja Nova*, lugar da residência de Manuel Henriques, Mão de Luva, do *Xopotó*, onde tem sua família».

Achavam-se onze pessoas nas minas. Fugiram, no ano anterior 60 indivíduos do descoberto, com medo de serem presos. E existiam nas lavras rancharias e roças.

Depois de ouvido este longo depoimento, passou Frei Bernardo de Vasconcelos a inquirir o preso.

Quantas vezes foi aos sítios das lavras? Resposta: «Esteve um ano trabalhando com Manuel Henriques, e neste tempo e várias vezes andou pelas paragens ditas».

Quantos dias de jornada da Fazenda do Cônego, perguntou o carmelita? Resposta: Ao *Rio Grande*, «chamado Imbé, em que há ouro, são três dias de jornadas grandes, e deste rio até aonde começa a achar ouro, com muita conta, são cinco dias de viagem».

Se os caminhos são fáceis ou escabrosos? Resposta: «São escabrosos, porém com muito grandes disposições para serem fáceis e tratáveis».

Que saídas há para Minas? Resposta: «O caminho que há é para *Chupetó;* porém, que, passando o Paraíba, poderá cada um ir para parte das Minas que quiser».

Sobre o ouro que «tem em cada bateada?» — Resposta: «Que se acha à flor da terra, nas areias dos córregos (corgos); e se faz serviço de água, como nas Minas, se acha o cascalho, e ouro em altura de dois palmos».

«Quantos dias de viagem de *Dois Paus*, com cruzes, ao Chupetó? Resposta: Cinco dias. Este caminho «não é versado». Costuma-se andar pelo ribeirão abaixo, até chegar à aldeia do *Índio do Caroço;* e daí ao *Chupetó*, por caminho de terra, são dois dias de viagem».

Quantos dias de serra abaixo à casa de Manuel Henriques, no *Chupetó?* Resposta: Cinco dias.

A última pergunta de Frei Bernardo: Quantos dias de Palmital a Macaé? Resposta: Quatorze dias. ([26])

Com esta inquirição terminou o minucioso depoimento de José Gomes, que, se verdadeiros todos os pormenores, indicados no caminho, demonstrou a notável memória do informante, observador preciso e, por vezes, prolixo. Não evitou o seu encaminhamento ao Santo Ofício de Lisboa, se foram feitas as suas declarações com este intuito. Em 23 de junho de 1780, escrevia Luís de Vasconcelos a Martinho de Melo e Castro: «Por este navio *Santa Rosa*, vai remetido para o Santo Ofício por um Comissário daquele Tribunal, o preso José Gomes». ([27])

19

De 1765 a 1779, o caminho sem nome, percorrido pelo Mestre de Campo Miguel Antunes Ferreira, passou a possuir uma rica nomenclatura, nas declarações de José Gomes. Lugares, já com suas denominações adequadas ou, ao menos, individuados por certas circunstâncias ou ocorrências, aparecem, então, pela primeira

vez, assinalados. O sertão desconhecido, ou conhecido apenas dos índios brabos, passou a ser palmilhado, com freqüência, não só por aqueles indivíduos que se encaminhavam para as minas, na esperança de se enriquecerem, mas ainda por um sem-número de pessoas, mais ou menos comprometidas na exploração, que levavam mantimentos, em suas bestas carregadas, e escravos, a serem trocados por ouro no descoberto.

20

Não quis Luís de Vasconcelos investir contra os extraviadores de Macacu, com receio de não conseguir derrotá-los e desalojá-los das minas. Não tinha confiança na tropa que dispunha; não sabia o número exato de inimigos a combater, e, o principal, não tinha, no momento, a possibilidade financeira de manter, no sertão, uma tropa, sem saber, ao certo, para onde a dirigir. Só possuía, até então, para chegar às minas, o roteiro, fornecido de memória por José Gomes de uma prolixidade difícil de se verificar no terreno.

Assim se limitou o Vice-Rei a fechar as entradas do sertão, na suposição de que, com esta medida, forçaria os mineiros clandestinos a abandonarem o descoberto, faltos de víveres e utensílios, de que necessitassem.

Porém a entrada para o sertão fazia-se também atravessando o Rio Paraíba, no então Porto Novo. A guarda, colocada no ponto chave presumível, no sítio em que existira a Fazenda do Cônego Xavier, de nada valeu. Não teve a menor influência na luta contra o extravio do ouro de Macacu. Fora, em 1765, um ponto importante para dificultar, senão impedir, a entrada para o sertão, quando, então, se tratava de mineiros, como Maurício José Portugal, vindos de Cachoeira. Não de mineiros, vindos de Minas Gerais. E foram estes que ocuparam e senhorearam os sertões de Macacu.

De que data vinha a ocupação, não tenho elementos para determinar com precisão. O certo é que se verificou entre 1765 a 1775. De 1765 em diante foi que se teve conhecimento da existência do ouro nos sertões dos índios brabos, pela devastação e arrasamento, um tanto exibicionistas, do Conde da Cunha, que chamou a atenção para o lugar e espicaçou a cobiça do ouro. Assim, dentro do decênio, de 1765 a 1775, se iniciou a extração do ouro por Mão de Luva e seus companheiros, depois da tentativa frustrada dos dois frades.

21

Depois de dois anos da implantação de guardas em vários pontos de entradas possíveis para o sertão, já se desenganara Luís de Vasconcelos da eficiência de tal medida. A extração continua-

va impunemente. Em 25 de agosto de 1781 escreveu ao Secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, contando o que vinha ocorrendo nos sertões de Macacu, desde o início, com a autorização dos governadores interinos a Maurício José Portugal, até o momento em que ele, Vice-Rei, soube da existência do extravio do ouro. Referiu-se ainda à devassa, a que mandou proceder, e à ordem de colocar vários guardas nas entradas para o sertão.

O pensamento, porém, de Luís de Vasconcelos era o de que se deveria legalizar a extração do ouro, pois, com isso se daria um pouco de alento às depauperadas finanças da Capitania, além de se economizar a despesa com um pretendido cordão de isolamento das minas de Macacu. Sobre as medidas necessárias a este isolamento, dizia a Martinho de Melo:

«Além de ser inteiramente impraticável esta providência, a mesma que mandei executar pelas Guardas Auxiliares, é de gravíssimo prejuízo a estes povos, e de grande despesa à Real Fazenda; porque, sendo esta Tropa composta de Lavradores, vulgarmente chamados *Roceiros*, que, abandonando as suas casas e famílias, passam obrigados e cheios de violências, sem algum soldo que os anime, às grandes distâncias dos mesmos registos, não só deixam de trabalhar na cultura dos terrenos que possuem, perdendo por isso o lucro que deles possam adquirir, mas também vêm, por conseqüência, a diminuir para a subsistência destes povos os mantimentos de primeira necessidade, em cuja produção se ocupavam; e este prejuízo, ainda que pareça insensível, é de uma grande conseqüência».

Era a opinião de Luís de Vasconcelos, sobre a exploração das minas de ouro, a mesma que manifestara o Marquês de Lavradio, em 1779. «Ignoro — dizia em carta de 23 de agosto de 1781 — os inconvenientes que ocorreram ao Conde da Cunha, e por onde formou a conta que deu a Sua Majestade, para se não continuar no descobrimento destas Minas, por não estar a mesma carta registrada na Secretaria deste Estado; e a este só achei registrada a que deu o Vice-Rei, meu antecessor, Marquês de Lavradio, em carta de ofício de 4 de janeiro de 1775, em que lembrava as grandes utilidades, que resultariam do seu descobrimento a Sua Majestade e aos Povos desta Capital, por estarem reduzidos a uma conhecida decadência, e ser este um meio do qual poderiam tirar vantajosos interesses».

Em seguida, ainda que de maneira não muito clara, defendeu Luís de Vasconcelos a tese de ser mais fácil a fiscalização do ouro extraído legalmente, do que a fiscalização do ouro contrabandeado.

«Há conjecturas — continuava ele — que estas Minas ficam longe do porto de mar dez ou doze dias de jornada, e sessenta

léguas, pelo menos, e por essa razão ficam mais distantes do que algumas terras minerais pertencentes à Capitania de Minas Gerais e se destas se não presume fácil extravio do ouro, por não estar tão arriscado a ser transportado sem passar pelos Registros, que o acautelem; aquelas (terras) das Cachoeiras do Rio de Macacu estão em iguais circunstâncias, por ser a distância muito grande, e se poderem pôr as possíveis providências para não ser extraviado pelo porto de mar com aquelas cautelas que ocorrerem necessárias, e que se têm a este respeito observado; o que presentemente se não pode embaraçar, porque a total proibição, que há, de minerar naquelas terras, faz inventar na cobiça de semelhantes homens os meios para extrair o ouro por caminhos nunca trilhados e picadas cerradas que só eles podem praticar».

Ao terminar este importante ofício, reportou-se Luis de Vasconcelos ao depoimento de José Gomes, remetido à Secretaria de Estado pelo Intendente Geral do Ouro, para que se visse «como este homem forma distintamente a derrota do caminho, a sua configuração, balizas, e pontos memoráveis, que nele se acham notados». E, à vista de tudo que comunicava, resolvesse Sua Majestade a dar «aquelas providências que lhe parecessem mais convenientes ao seu Real Serviço». (28)

22

Mas Sua Majestade não deu as providências solicitadas. E por mais alguns anos, continuou o ouro a ser contrabandeado e o Mão de Luva a senhorear o descoberto.

Esta personagem, Manuel Henriques, o Mão de Luva, sem a menor dúvida, era a principal de toda a trama, ainda que, até então, longínqua e, apenas, mencionada. Mas, aos poucos, vai aparecendo e toma conta de toda a cena, pois é ele quem movimenta a ação dos mineiros e a reação das autoridades portuguesas. Em breve o veremos qualificado de «famoso» e «célebre», por estas mesmas autoridades, embora não deixassem de estigmatizar em termos pejorativos a ação do Mão de Luva e de seus comparsas. (29)

Foi, no entanto, notável, à sua maneira. Desbravou o sertão, onde se manteve extraindo o pouco ouro que continham as afamadas minas de Macacu. Conseguiu a amizade dos índios, com os quais viveu pacificamente, como bons vizinhos, durante anos. E ensinou o cacique a rezar, o que muito o sensibilizou e não se esqueceu, no final.

Deve-se ao Mão de Luva o conhecimento da região e o seu possível aproveitamento, como um dos principais centros agrícolas da capitania e, depois, da província. Mas vamos ver a seguir o

começo da traça contra os mineiros clandestinos e o fim do seu domínio do sertão, cinco anos depois deste ofício de Luís de Vasconcelos e Souza.

23

Em 1784 já se carteavam Luís de Vasconcelos e Luís da Cunha Menezes, sobre as minas de Macacu, por se verificar que, por Minas Gerais, se conseguiria chegar mais facilmente ao novo descoberto. A 19 de maio, o governador mineiro remetia ao Vice-Rei cópia de importantes comunicações que, dias antes, lhe havia feito o Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, a quem encarregara de averiguações concernentes aos extraviadores de ouro.

Dizia o Sargento-Mor, nas suas informações, que, somente do outro lado do Paraíba, poderia iniciar qualquer diligência contra os contrabandistas. «Se Vossa Excelência quiser – prosseguia — que prenda alguns dos homens que se acham no dito descoberto, estando além do Paraíba, é necessário que Vossa Excelência me mande doze soldados, dois para cada uma das ditas roças, dois para guardarem as canoas do Rio do Pinho; e deve vir uma corrente com cadeado, para assegurar, se não me arrisco a ficar sem socorro, sucedendo deitarem-na os soldados rio abaixo: os mais soldados para conduzirem os presos».

Contava mais o seguinte: «Hoje, pelas 7 horas da noite, chegaram a esta aldeia três homens, que vinham de conduzir mantimentos ao descoberto». Tomou o Sargento-Mor o depoimento dos três indivíduos, remetendo a Luís da Cunha. A carta de Pedro Afonso Galvão de São Martinho está datada da Matriz de São Manuel do Rio da Pomba, 12 de maio de 1784.

Além de dois depoimentos, remetidos pelo Sargento-Mor Pedro Afonso, copiei a informação do vigário da aldeia da Pomba, Manuel de Jesus, que dou, a seguir, resumidamente.

O primeiro depoimento foi o de João Batista Pereira, filho de Diogo Pereira, morador no Rio da Pomba. Referiu-se a várias pessoas que entraram no descoberto e a cargas, conduzidas por 35 bestas, pertencentes a vários indivíduos (José Francisco, do Chopotó, Pedro Lemos, de Espera, e outros). Informou sobre a existência de roças, com monjolos para fazer farinha, e de muito feijão, galinhas e mantimentos. O Mão de Luva estava no descoberto. João Carneiro, morador de Chopotó, conduziu também mantimentos para «a gente que trabalhava no Rio do Veado». Chegara «a um rio pequeno, aonde descarregou os mantimentos, e que voltou para trás por não haver picadas mais adiante, e que ali veio o Comandante Manuel Henriques com o alferes José Alves Maciel e o alferes Fulano Henriques, morador do Piranga, e o

alferes Teotônio Francisco Ribeiro». Outras pessoas foram mencionadas, como frequentadoras das novas minas: entre eles, Manuel Ribeiro, morador da Barra da Conceição, que mandou dois negros; Pedro Fernandes, de São José do Chopotó, e João Ribeiro, morador no Ribeirão da Paciência, ao pé da Capela das Mercês. Este último mandara dois filhos: Inácio Ribeiro e José Ribeiro, que levaram quatro bestas com mantimentos.

O segundo depoimento foi de Francisco de Barros, morador na Fazenda da Paciência, que deu a conhecer nova ocorrência: passara ao «Descoberto Novo do Ouro» José Pereira Sam Paio, com uma Portaria de um Governador de Minas Gerais, para «poder buscar ouro em toda a Capitania, e que fora em sua companhia um irmão e mais parentes naturais e moradores, e alguns destes carapinas de São João del-Rei, e que também levara alguns escravos e bestas carregadas». Disse, também, Francisco de Barros «que a dita Portaria foi passada para outro sujeito, e que lhe passava procuração o dito Sam Paio e Manuel Henriques, por alcunha Mão de Luva».

Este passo, não muito claro, dá a entender que Mão de Luva tinha procuração de Sam Paio ou de outra pessoa, que conseguira autorização para explorar as minas de ouro da Capitania. Esta autorização, no entanto, de um governador de Minas Gerais, só podia ter validade nesta Capitania. Assim, com isso, se limitava a um engano e não tachado de crime o fato de se explorarem as minas no novo descoberto. Este engano vinha a ser o de se supor localizadas as minas em território mineiro e não fluminense, como na realidade o era. E de não se pagar o quinto.

O Padre Manuel de Jesus informou o seguinte: «Que a respeito do novo descoberto não sabe mais do que terem passado José Pereira Sam Paio, com alguns seus agregados e escravos, além de outras pessoas, mas que poderão ser trinta e poucas mas ou menos; as quais diziam que iam juntar-se com Manuel Henriques, por alcunha Mão de Luva, para procurarem ouro pelo sertão da Pomba e vizinhança do Paraíba, valendo-se, para isso, de uma portaria do Exmo. antecessor de V. Exa.». Isto é, antecessor de Luís da Cunha Menezes, a quem se dirigia a informação.

Tanto os depoimentos, quanto as informações confirmavam não só a ida de Sam Paio, a juntar-se com o Mão de Luva, mas também a existência de uma portaria de um governador de Minas Gerais, autorizando as explorações.

No final da carta a Luís da Cunha, acrescentou o Sargento-Mor Pedro Afonso mais estas informações, chegadas à última hora: «Depois de estar feito o papel incluso me diz João Batista Ferreira que conduzira as suas três bestas, carregadas de farinha,

com a promessa de lhe darem três oitavas por cada alqueire, pagas depois de saírem do Descoberto, por conseqüência os salteadores ainda não tiraram coisa alguma. Também me diz que o Mão de Luva não consente que, de certo lugar para diante, passe pessoa alguma dos que hão de voltar para fora».

Os dois documentos e as declarações do padre foram tomados em maio de 1784. (30)

24

Pensava Luís de Vasconcelos que os mineiros do novo descoberto, somente depois de fechadas, por ele, as entradas do sertão, tinham procurado abrir comunicação com Minas Gerais. Ignorava, então, que, de início, se infiltraram em território fluminense, atravessando o Paraíba, entre Além Paraíba e Porto Novo do Cunha, da atualidade.

O caminho, já existente, do Rio Paraíba ao lugar denominado *Dois Paus*, na estrada pormenorizada por José Gomes, não foi descrita em nenhum dos depoimentos. No entanto, palmilhado por Mão de Luva e seus companheiros, este caminho devera ser bem conhecido de todos aqueles condutores de mantimentos e escravos para o novo descoberto. Saíam de Minas Gerais, com suas bestas carregadas, e voltavam com as suas oitavas de ouro, em pagamento.

Na margem mineira do Paraíba se conhecia este caminho, porém era desconhecido, no Rio de Janeiro, do Vice-Rei, pois julgava terem os extraviadores do ouro recorrido a Minas Gerais somente depois de fechadas as estradas para o sertão do lado fluminense. Isto, no mínimo, até 1784.

A 23 de agosto deste ano, escreveu Luís de Vasconcelos a Luís da Cunha, contando-lhe o que sabia das minas dos sertões de Macacu, e referindo-se à devassa que mandara proceder pelo Juiz da Intendência do Ouro. Nesta carta confessava ser impraticável a empresa de desalojar os «culpados» daquele sertão, não só pelas despesas das tropas, por desconhecidos caminhos, mas também pela incerteza dos lugares em que eles se alojavam. Resolvera — diz ainda o Vice-Rei — fechar todas as entradas para o sertão. Esta providência — enganava-se ele na seguinte conclusão — fizera com que «os mesmos culpados na precisa necessidade de recorrerem a essa Capitania, procurando os mantimentos de que necessitavam, pelas picadas bastantemente praticáveis, que veio a encontrar o sobre dito oficial (o Sargento-Mor Pedro Afonso) naquela diligência». Esta picada, segundo Luís de Vasconcelos, fora também encontrada, havia dois anos, pelo Guarda-Mor Manuel da Mota de Andrade, e assim designada: «para diante do Rio Novo uma grande picada, que se encaminhava para a estrada do Rio de Janeiro».

Concluía a Carta, insistindo na necessidade de acabar com os contraventores: «Havendo dado conta a Sua Majestade e não tendo resolução alguma, parece conveniente acabar com os culpados, à vista da carta de 31 de janeiro de 1765». Reportava-se à ordem de Mendonça Furtado, na falta de outra mais recente. Porém, impraticável como julgava desalojar os culpados pelo lado fluminense, pelas razões dadas, autorizava o Governador de Minas Gerais a atacá-los pelo lado mineiro, por se lhe afigurar mais fácil. Para isso, autorizava Luís da Cunha a atuar «nos Distritos que são da minha jurisdição». ([31])

25

Dias depois de sua carta a Luís da Cunha, escreveu Luís de Vasconcelos, a 28 de agosto, ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro. Reportou-se, em primeiro lugar, à carta que, havia três anos, enviara sobre o mesmo assunto que passava a tratar:

«Havendo participado a Vossa Excelência em carta de 25 de agosto de 1781 as notícias que aqui corriam, e se faziam muito prováveis, de se terem descoberto minas de ouro nas Cachoeiras de Macacu, Distrito desta Cidade, donde se extraíam grandes porções por algumas pessoas, que cheias da maior ambição se entranhavam a esse fim pelo Sertão, e tendo representado a grande dificuldade de se poderem embaraçar quaisquer extravios, não obstante todas as providências que dei a este respeito, vejo ultimamente pela Carta que acabo de receber do Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, que remeto por cópia debaixo do número um, ([32]) que nenhum esforço e diligência pode ser bastante para reprimir a contumácia dos agressores, que, congregados com muita gente armada e pronta a defender-se naqueles lugares proibidos, se fazem absolutos, e cada vez mais temerários na continuação dos seus públicos procedimentos praticados debaixo da direção de um Manuel Henriques, vulgarmente conhecido por Mão de Luva que, sendo um dos primeiros descobridores das referidas minas, se fez Chefe daquela tão escandalosa Corporação». ([33])

Com este preâmbulo bastante pessimista, quanto à possibilidade de acabar com os mineiros clandestinos nas minas das Cachoeiras de Macacu, continuou Luís de Vasconcelos no mesmo tema, agora, tratando de sua correspondência com Luís da Cunha. Um tanto magoado por este general não lhe revelar as providências que tomara em relação ao extravio do ouro.

«Pouco importou — prosseguiu o Vice-Rei — que daqui se fechassem todas as entradas que lhes poderiam facilitar os socorros dos mantimentos para a sua subsistência, mandando rodear os campos circunvizinhos com sucessivas patrulhas e rondas para

examinarem os lados por onde se pudesse vir a fazer qualquer sortida; e estabelecendo registros nas passagens mais assinaladas para conservarem em respeito aqueles mesmos lugares, e vigiarem sobre a execução das mais repetidas ordens, que embaraçavam a continuação de semelhantes insultos, pois ainda que com esta providência se suspendia por estas particulares estradas o giro do extravio, de nenhum modo se pode conseguir o fim de desistirem da sua pretensão, por terem achado naquela Capitania com mais franqueza os mantimentos de que mais precisavam, adquirindo-os com menos receio de serem pressentidos por picadas desconhecidas, como veio a conhecer o Oficial que o sobredito Capitão-General expediu àqueles Sertões, e constam de sua própria informação, que remeto por cópia debaixo do número dois. (34) Sendo, porém, o dito descobrimento (como se infere) dentro dos limites deste Governo, e suspendendo-se por isso a execução da diligência de que, aliás, não tendo toda individuação, por não me ter comunicado o mesmo Capitão-General as particulares providências que tinha premeditado, me pareceu responder-lhe o que Vossa Excelência verá da cópia debaixo do número três, (35) em que tocando nas circunstâncias que têm ocorrido sobre esta matéria, procuro unicamente atender ao Real Serviço de Sua Majestade em qualquer lugar aonde parecer necessário praticar-se com toda eficácia a mais pronta execução de suas reais ordens».

Deu, assim, como conseqüência de os contraventores se não entregarem, em virtude do fechamento das entradas para o Sertão, o fato de terem encontrado auxílio em Minas Gerais e aí os mantimentos necessários. Na verdade, porém, de nada adiantou o fechamento do Sertão, pois Mão de Luva e os seus companheiros vieram de Minas Gerais, onde residiam, e, desta Capitania, desde o início, tiraram todo o necessário para se manterem no Descoberto. Já se divisa no último trecho da carta do Vice-Rei a sua desconfiança do Capitão-General de Minas Gerais, no tocante à ação deste general contra os mineiros de Macacu.

Seguiu o Vice-Rei, na sua carta ao Secretário de Estado, repetindo, mais ou menos, o que escrevera em 25 de agosto de 1781, pela primeira vez, sobre as minas das Cachoeiras de Macacu. Não só repisou na dificuldade de se manter a tropa, por muito tempo, no Sertão, mas na incerteza do local em que se encontravam as minas:

«Além de parecer muito incerto qualquer expediente para se vedarem os extravios, o mesmo que mandei executar pelas Guardas Auxiliares nos campos despovoados e circunvizinhos daqueles Sertões, só tem servido de prejuízo a estes povos e de grande despesa à Fazenda Real, porque, sendo estas Tropas compostas de roceiros que, abandonando as suas casas e famílias, passam obrigados àqueles sítios, sem algum soldo mais do que o forne-

cimento da farinha, por que são municiados, não só deixam de trabalhar na cultura dos terrenos que possuem, perdendo por isso as utilidades que poderão adquirir, mas também vêm por conseqüência a diminuir, para a subsistência destes povos, os mantimentos de primeira necessidade, que fazem uma notável falta em razão dos muitos embaraços que sempre há para os mesmos roceiros se ocuparem livremente no indispensável trabalho de suas lavouras».

Depois de mais alguns períodos sobre o extravio do ouro, já no final da carta, diz Luís de Vasconcelos que ficava à espera da «resolução de Sua Majestade, depois de lhe serem presentes todas as referidas circunstâncias que têm ocorrido a este respeito». (36)

26

Não se fez esperar, desta vez, a resolução de sua Majestade. Em despacho de 8 de janeiro de 1785, notável pela precisão, Martinho de Melo e Castro sintetizou de maneira objetiva as ocorrências verificadas nas minas de Macacu. Fez o mais perfeito e completo histórico dos fatos que se sucederam desde 1763 até aquele momento, das notícias que lhe enviaram do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

É longo este despacho, apenas vou reproduzir, resumidamente, as conclusões finais. (37) Estranhou o Secretário de Estado as ordens para o arrasamento e abandono das fazendas, dadas por Mendonça Furtado ao Conde da Cunha. Isso, para ele, somente servira para entregar o Sertão aos contraventores. E, dando início as suas conclusões, escreveu:

«Do que fica referido e de tudo mais que consta das sobreditas cartas e informações, assim das que deram a V. Exa. em 1779, como destas que ultimamente se remeteram de Minas Gerais, é bem evidente que as proibições de 1765, em lugar de fazerem esquecer até a memória de semelhantes descobrimentos, como se pretendia, ao contrário despertaram os ânimos para os empreender. Vê-se mais que ficando todo aquele Sertão deserto e inabitado, sem que alguém pudesse ir a ele, em conseqüência das ditas proibições; este foi o meio mais adequado com que se reduziu o mesmo Sertão a um seguro asilo, para que os extraviadores pudessem livremente fazer nele as suas explorações, sem o perigo de serem vistos, e sem contraditos, nem contradição. Vê-se mais que ainda que, em 1779, foram descobertos os ditos extraviadores, foi a tempo em que já tinham explorado grande parte do referido Sertão, aberto para ele diferentes entradas, e depois de se terem solidamente estabelecido, e com diferente força nos melhores Distritos, e mais abundantes em riqueza e fertilidade. Vê-se mais que ainda que V. Exa. com prudente acerto mandou vedar as principais estradas aos referidos extraviadores com Registros, Guardas e

Patrulhas, o que daqui resultou foi que, evitando eles as comunicações guardadas, foram estabelecer outras em Minas Gerais, donde estão tirando gente, escravatura e mantimentos, e o mais que lhes é preciso; e quando se lhes vedarem estas comunicações, irão buscar outras das muitas que terão feito, descoberto, e que poderão fazer e descobrir naquele dilatado Sertão, sendo absolutamente inútil e impraticável, como V. Exa. bem adverte, a idéia de os obrigar a ir dele, por meio de Guardas e Registros nas extremidades, as quais, da grande extensão delas, de nenhuma sorte se lhes podem vedar».

Espraiou-se ainda mais não só sobre o fato de o Sertão se achar ocupado «por contrabandistas e extraviadores», mas também de ali não existir nenhum «homem bom ou vassalo fiel». Não tinham dificuldade os mineiros clandestinos de Macacu em fazer sair o ouro extraviado, pelos portos de mar, por «embarcações nacionais e estrangeiras». Transmudara-se em um convite ao comércio clandestino do ouro aquele Sertão abandonado.

Seguiu o Secretário de Estado, indicando os meios de salvar «esta importante Porção da América Portuguesa», que consistiam: 1: — em atacar nas suas «próprias habitações» os extraviadores e lançá-los fora delas; 2º — em repartir as lavras e as terras «por vassalos úteis e industriosos, debaixo de certas regras». Quanto ao primeiro meio indicado, seria mais fácil consegui-lo por Minas Gerais, que ficava mais perto das minas. E, ainda, porque «o principal cabeça, Mão de Luva, é morador no lugar Igreja Nova de Chopotó (Xopotó), em Minas Gerais, onde tem família, que dali abriu uma picada ou caminho, além de outros, para o Descoberto de que se trata, passando a outra banda do Paraíba, não sendo menos provável que os outros extraviadores, seus colegas, também sejam de Minas Gerais».

Ordenava — avisava Martinho de Melo — ao Governador de Minas Gerais atacasse os contraventores. Mas seria conveniente uma ação em comum: do Governador mineiro e do Vice-Rei. «V. Exa. mande ocupar e guarnecer as estradas e passagens das Cachoeiras de Macacu, principalmente o caminho ou picada que aponta o preso José Gomes, no seu roteiro». Indicava para esta diligência, por mais ativos, os sargentos-mores Manuel Pereira da Silva, de Campos dos Goitacazes, e Inácio Viegas Proença, de Cabo Frio, «que ali se achavam em 1779».

Quanto ao segundo meio, acima mencionado, de dominar o Sertão, em primeiro lugar teria que se tirar uma carta topográfica, «com exatidão» de toda a região e, em seguida, repartir as terras e as minas. Existiam três inconvenientes nesta última solução, que passou a apontar e minuciosamente a esclarecer. Com isso findou o longo e interessantíssimo despacho, assinado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em 8 de janeiro de 1785. (38)

27

A ordem do Secretário de Estado a Luís da Cunha, para atacar os contraventores, por Minas Gerais, foi dada em resposta à carta do Governador mineiro, de 19 de maio de 1784, e expedida a 12 de janeiro de 1785, dias depois do despacho ao Vice-Rei.

Verifica-se desta ordem que Martinho de Melo teve conhecimento das informações do Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, sobre as minas e os extraviadores, chefiados por Mão de Luva. Pela primeira vez, nesta ordem, se deu um nome novo ao Descoberto, que não fosse o emprestado das Cachoeiras de Macacu, ao indicar o local por «matas denominadas *Areias Proibidas*«.

Ordenara Sua Majestade — finalizava o Secretário de Estado — tirasse do Regimento de Cavalaria da Guarnição de Vila Rica e dos Corpos Auxiliares e dos Pedestres o número de soldados que lhe parecesse suficiente e os colocasse sob o comando «de um oficial de préstimo e atividade» e os mandasse marchar para que se atacassem os contrabandistas. (39)

28

A 24 de dezembro de 1785, escreveu o Vice-Rei a Luís da Cunha, enviando-lhe a ordem da Rainha a «respeito das entradas e comunicações clandestinas praticadas dessa para esta Capitania, pelos matos e sertões, que abrem passagem para a Serra dos Órgãos, Distrito de Macacu, por homens facinorosos». A ordem era para que se prendessem os «facinorosos» nas lavras que exploravam.

Já estava Luís de Vasconcelos de prevenção contra Luís da Cunha, por lhe não revelar o Governador mineiro, inteiramente, o plano concebido e posto em execução, desde então, para combater os extraviadores. E mais, por saber do bom entendimento existente entre o Sargento-Mor Pedro Afonso e Mão de Luva, a ponto deste auxiliar o militar na construção de uma estrada de ligação a Paraibuna. Assim, com o entendimento de Mão de Luva e o oficial, preocupando-o, continuou o Vice-Rei: «Sendo mais importante de tudo segurar o chefe dos mesmos facinorosos o famoso Manuel Henriques, por alcunha Mão de Luva, espero que V. Exa. possa começar esta diligência por m'o remeter, visto ser notório, nesta Capital, que ele, Mão de Luva, tem acompanhado e acompanha o Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, nas diligências, em que aquele oficial se emprega por ordem de V. Exa.».

Com esta carta, remetia uma lista, autenticada por Tomás Pinto da Silva, dos reus pronunciados na devassa, a que mandara proceder «sobre o extravio do ouro do novo Descoberto». Constam da lista os seguintes nomes:

Diogo Alvares,
João de Souza Lima e
Leando de Souza, «filhos do primeiro»,
Felício Martins,
Joaquim Lopes,
Dionísio Lopes,
Carlos Antônio Pegado,
Manuel Henriques, por alcunha Mão de Luva,
Antônio Barbosa,
Manuel Rodrigues,
O tenente José Antônio Lima, chamado o «Paraíso»,
José da Silva Leite, e seu escravo
Nazário,
Francisco Vieira Bezerra,
Agostinho de Abreu Castelo Branco, «que anda com o nome de Franco de Paula»,
Onofre Bernardes,
José Preto.

Estes foram os réus arrolados na devassa, antes de liquidado o novo descoberto e da prisão de vários indivíduos aí nomeados.» (40)

29

Luís da Cunha passou a empregar, para acabar com os contraventores do novo Descoberto, um meio que ele mesmo chamou de «sistema de engano». De outra feita afirmou «que se não fosse o estratagema de que usei», não teria podido apanhar o bando de Manuel Henriques, o Mão de Luva.

Este estratagema empregado ou «sistema de engano» consistira em fazer com que um cabo e poucos soldados conseguissem a confiança dos extraviadores e se infiltrassem no Descoberto, por novos comparsas no extravio. Estes soldados passaram nas lavras alguns meses; o suficiente, sem dúvida, para conhecerem os caminhos e os hábitos dos *facinorosos*, como indigitava Luís de Vasconcelos os clandestinos.

30

O que hoje chamamos de *ofício* se nomeava então *carta* ou *carta de ofício*. *Numa* dessas cartas ao Secretário de Estado, de 21 de janeiro de 1786, dias depois de escrever a Luís da Cunha, extravasou o Vice-Rei toda a sua desconfiança do bom êxito da ação contra o Mão de Luva, pela maneira dúbia de atuar o General de Minas Gerais. Diz ter tomado todas as providências para guarnecer as comunicações com o Sertão e os postos de pas-

sagens pelos distritos de Macacu, Campos de Goitacazes e Cabo Frio. Escrevera ao Capitão-General de Minas Gerais a carta que remete por cópia. (41)

Passou, em seguida, a repetir o que havia dito ao mesmo General.

«Não deixei — escrevia — de recomendar, muito particularmente, a prisão dos facinorosos, e a remessa deles para esta Capital, remetendo-lhe uma relação dos que aqui foram pronunciados, para por ela se poder dirigir com mais algum conhecimento e menos incerteza, por serem todos ou a maior parte deles moradores naquela Capitania. Entre estes é o famoso Chefe Manuel Henriques, por alcunha o *Mão de Luva*, muito bem conhecido dos oficiais da Tropa de Minas, e muito principalmente do Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, que, segundo me consta por muitas e repetidas partes que tenho tido do Comandante do Registro da Paraibuna, tem andado na companhia do dito Mão de Luva na fatura de um novo caminho, que aquele General tem mandado fazer, muito incompetentemente, por aquele impenetrável Sertão da margem septentrional do Paraibuna». Com isto ficava aberto o Sertão, sem obstáculo algum a se opor aos contrabandistas. Mandava ao Secretário de Estado o plano da estrada, plano este feito de exame e informações, pelo ajudante de engenheiro Antônio de Souza. «Não sei qual seja o fim útil», afirmava Luís de Vasconcelos do procedimento do Governador de Minas Gerais.

Nos períodos seguintes, continuava o Vice-Rei as suas queixas:

«Mas longe de moderar, de algum modo, o seu gênio para se conter e deixar de praticar todo e qualquer excesso mais ativo e mais precipitado, regendo-se por um sistema produzido do muito que confia em si, para pretender fazer frutos seus, ainda apesar de qualquer oposição mais bem advertida, tomou o despótico expediente de franquear a todos, por um modo mais estranho, o referido Descoberto, mostrando o caminho franco e livre desde o Chopotó, (42) entrado pelo rio chamado das Pombas até entestar com o dito Registro do Paraibuna, tratando como a mineiros úteis a uns indivíduos que ele deve punir muito severamente, de modo que o dito Mão de Luva vive muito tranqüilamente, sem haver contra ele o menor procedimento, mas antes concorrendo na direção do dito caminho, como prático, para se fazer mais tratável».

Desta camaradagem do Mão de Luva com as autoridades mineiras, receava Luís de Vasconcelos o malogro de «toda a diligência» contra os extraviadores. Ele, Vice-Rei, no entanto, de diligências feitas, havia conseguido efetuar várias prisões de con-

trabandistas que desceram «do Sertão para o Distrito de Inhomirim, com pequena porção de ouro, que remeto no saco para amostra, tirado muito à flor da terra». (43)

31

Em 1786 continuava a cartear-se o Vice-Rei com o Governador de Minas Gerais, sobre o assunto que vinham tratando havia mais de dois anos. Em 17 de janeiro, referiu-se Luís de Vasconcelos, em resposta à carta de 3 do mesmo mês, à necessidade dos armamentos, pedidos por Luís da Cunha, para fazer entrar no «vasto Sertão de Macacu» os seus soldados. Também se reportou ao meio, seguido pelo Governador mineiro, «para remover todo o motivo de desconfiança e entreter os referidos contrabandistas». E disse ainda do esforço que empregava para não demorar a remessa do armamento, embora houvesse falta. O condutor do armamento seria José Antônio de Abranches.

«Como V. Exa. — finaliza o Vice-Rei a sua carta — encontra alguns inconvenientes para proceder com antecipação contra estes facinorosos, principalmente contra o famoso chefe Manuel Henriques, por alcunha Mão de Luva, persuadindo-se igualmente tê-lo seguro na sua própria casa, e necessitando dele para continuar as suas disposições concernentes à mesma matéria: me parece muito necessário que, ao mesmo tempo, se hajam de tomar as mais prudentes cautelas»; os contrabandistas devem «ser vigiados», para que não possam escapar, «quando forem procurados». Tudo isso lembrava para que se não deixasse de executar a ordem que Sua Majestade «tem encomendado a este respeito, como parte muito essencial desta diligência». Era a prisão do Mão de Luva, principalmente, a parte considerada essencial da diligência que se engendrava contra o novo Descoberto. (44)

A 31 de março, acusou o Vice-Rei o recebimento da carta de 13 de fevereiro de Luís da Cunha, e comunicava que soubera da partida da tropa dessa cidade (Vila Rica) para o «Sertão e Cachoeira de Macacu». (45)

32

Luís da Cunha, por sua vez, escrevia a Luís de Vasconcelos, contando-lhe parte apenas do seu «sistema de engano», contra o bando do Mão de Luva. Ao tratar dos extraviadores, em carta de 12 de abril, dava a estranha notícia de que o Mão de Luva se achava na capital do Vice-Reinado, com os seus companheiros. Pouco depois precisava melhor a notícia, ao esclarecer que pedira a prisão «dos principais cabeças, nessa Capitania, por ter sido inteligência, devido às minhas prevenções, de eles terem saído do sobredito Descoberto para essa mesma Capital, com o

fim de assistirem aos Ofícios Divinos da Semana Santa, e darem, ao mesmo tempo, a costumada e clandestina saída do ouro, extraviado do sobredito Descoberto». (46)

Na carta de 12 de abril tratava, em primeiro lugar, das averiguações que mandara fazer, «a fim de conhecer o estado das forças» da gente que se achava nas terras do lado «de lá do Paraíba, no Distrito de Macacu». «Acabo de conhecer — dizia da notícia que soubera — que das ditas terras saíram para essa Capital os cabeças dos ditos extraviadores, que são Joaquim Lopes, Dionísio Lopes, irmão de José Lopes, que já se acha preso nessa Capital, levando consigo um Cabra, que eles trazem furtado, que é cativo da Viúva do Montijo, moradora no Registro Velho, e com o designio de saberem, ao mesmo tempo, em Macacu, dos fornecimentos que se acham prontos, por ordem de V. Exa., pela notícia que já lá têm, de serem para a Tropa, com que V. Exa. os quer mandar prender. João dos Santos Silva, morador no Porto da Estrela, com o designio de ir valer-se de V. Exa. para lhe perdoar o crime que cometeu de ter vindo extrair ouro nas ditas terras, com oito escravos. E o célebre Manuel Henriques, denominado o Mão de Luva, o qual é bem conhecido por ser aleijado da mão direita e trazer uma luva calçada, o que participo a V. Exa. para queira, logo que receber esta, mandá-lo prender». (47)

Era, talvez, para despistar o Vice-Rei a notícia de se acharem no Rio de Janeiro os principais cabeças dos extraviadores. Quando, sabidamente, todos se encontravam no Descoberto, inclusive o Mão de Luva que, por esta ocasião, deixava o território mineiro, onde residia, seguindo para as minas de Macacu.

Em outra carta, explicava a Luís de Vasconcelos que o tempo das secas era o melhor para atacar contraventores. Porém acabava de saber que, no Rio de Janeiro, se constituíra uma tropa de 6.000 homens de Infantaria, com oficiais e um coronel, por comandante, destinada a liquidar com o Descoberto. «E porque — continuava Luís da Cunha — este dito *boato* ou notícia me fez temer que prejudicasse, de alguma maneira, o bom sucesso da sobredita empresa, pela razão de ser a tropa mais própria para semelhante diligência... a de Pedestres e mais homens do mato, pela facilidade com que penetram os Sertões mais agrestes, e a sua subsistência não depender de uma tão pesada bagagem».

Era esta notícia, na verdade, um boato que desmentiu o Vice-Rei em carta de 31 de março de 1786, tachando-o de prejudicial ao bom êxito da expedição que teria de partir de Minas Gerais de acordo com as ordens de Sua Majestade.

«Pode V. Exa. estar certo — garantia Luís de Vasconcelos — que nem as Reais, nem as minhas disposições se enca-

minham a fazer por esta Capitania a entrada para o sobredito Sertão, como têm figurado os que procuram tirar conseqüências certas de princípios que se ignoram, e que logo se dão por infalíveis: mas antes nas Ordens, que lhe foram participadas, achará V. Exa. que Sua Majestade tem confiado nas Tropas dessa Capitania o importantíssimo serviço de fazer desalojar os contrabandistas, que se acham congregados naquele novo Descoberto, debaixo da direção de V. Exa., por dependerem desta precisa diligência todas as mais, que se devem dispor e continuar por esta Capitania». (48)

Este último período se referia ao aproveitamento das minas de Macacu, logo que se desalojassem os contrabandistas.

33

Luís de Vasconcelos, de zanga contra o Governador de Minas Gerais, por este ter deixado escapulir para o Descoberto o Mão de Luva, reprochava-o em carta de 26 de abril. Recebera de Luís da Cunha a carta de 12 de abril, mas, continuava: «Até o presente não há menor notícia de que tenha descido daquele Sertão para parte alguma deste Distrito nenhum dos que V. Exa. aponta na sua carta: e assim como José Lopes, irmão dos dois nomeados Joaquim Lopes e Dionísio Lopes, já preso, não residindo nesta Capitania, por ser um dos culpados na Devassa, a que aqui se mandou proceder sobre este extravio, sem haver com ele nenhuma contemplação, não deixaram de ser também presos todos os mais cúmplices que apareceram, logo que houve contra eles a menor desconfiança. Devo, contudo, dizer a V. Exa. que não posso deixar de admirar-me de haver escapado dessa Capitania o famoso cabeça Mão de Luva». (49)

Nem os Lopes, nem o Mão de Luva estiveram no Rio de Janeiro, assistindo aos Ofícios Divinos na Semana Santa, como Luís da Cunha fez crer ou, ao menos, tentou. Ao Contrário, o Mão de Luva que ficara em sua casa, sem ser incomodado, havia seguido para o Descoberto. Luís da Cunha achou que devia uma explicação ao Vice-Rei e o fez neste passo um pouco confuso: «Fora verdade bem digna de admiração de V. Exa. o ver incluído no mesmo número o célebre Mão de Luva, depois de eu ter assegurado a V. Exa. a sua segurança, por estar persuadido de ser o melhor meio de se poder conseguir com facilidade a execução da sobredita diligência, não principiar pela sua total apreensão... não seria eu obrigado a mandar castigar, como o tenho mandado o cabo que se deixou enganar pelo dito célebre Mão de Luva, para o deixar passar outra vez para o tal Descobrimento, depois de ter sido encarregado de vigiar sobre ele». (50)

34

Entretanto, já Luís da Cunha tinha iniciado o seu golpe contra os *facinorosos* do Sertão de Macacu, da maneira por que o concebera. Escolheu para chefiar a diligência o Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho que seguiu com alguns homens, não muitos, mas entre eles figuravam o cabo e os soldados que estiveram, durante meses, no Descoberto, e desvendaram-lhe os segredos. A 18 de abril, avisava Luís da Cunha ao Vice-Rei da Partida da expedição de Vila Rica.

«Fiz sair desta Capital, no dia 16 do corrente mês, o Sargento-Mor do meu Regimento, Pedro Afonso Galvão de São Martinho, comandante encarregado por mim da dita diligência, a ir encontrar-se com as Tropas, que para o dito fim já eu tinha mandado pôr prontas com antecedência, e em certas distâncias, todas aquelas mais disposições que me pareceram indispensavelmente necessárias fazerem-se com a mais possível cautela, e sem o mínimo rumor, para o fim de poder entrar nos ditos Sertões, e com mão armada poder fazer a dita diligência, desde o 1º do mês de maio próximo que vem até meado do mesmo mês; o que comunico a V. Exa., e igualmente o farei do seu bom sucesso, logo que se conseguir tão felizmente como espero».

Continuou a carta, no seu estilo predileto, nem sempre muito claro, solicitando perseverasse o Vice-Rei na sua ação contra os facinorosos, não só fechando as entradas para o Sertão, mas também os prendendo e perseguindo.

«Fiado também — prosseguia o Governador — que V. Exa. ajudará esta importante diligência com as disposições que V. Exa., pelas sobreditas soberanas Ordens, me diz que tem dado e continuará a dar das mesmas; se não uma das principais, e que a V. Exa. roguei na minha carta de 12 do corrente mês, pelo quanto a dita apreensão nessa Capitania e aonde eles se acham, diminuirá as forças que eles têm naqueles mesmos Sertões, suposto não serem maiores do que as que constam da cópia da lista inclusa, (51) que alcancei de inteligência certa e secreta que mandei tirar aos mesmos Sertões, e seus divididos alojamentos nas distâncias indicadas nas cópias da Carta também inclusa do oficial inferior; que mandei fazer as sobreditas averiguações, a qual me persuado que servirá também a V. Exa. de alguma inteligência para a continuação das suas certíssimas disposições ao sobredito respeito». (52)

Assim, ao sair a expedição, já se tinha completo conhecimento, não só do número de indivíduos existentes no Descoberto, mas ainda dos alojamentos e dos caminhos. Foi rápido e fácil o final da expedição. Em menos de um mês da partida do Sargento-Mor

Pedro Afonso, de Vila Rica, Mão de Luva e seus companheiros se achavam presos e seus alojamentos destruídos. A partida do militar ocorrera a 16 de abril. A 13 de maio foram ocupadas as minas de Macacu pela expedição, organizada por Luís da Cunha.

Este, a 20 de junho, comunicava a Luís de Vasconcelos: «Agora tenho a honra de assegurar a V. Exa. o ter-se executado a sobredita diligência, conforme Sua Majestade queria». ([53]) Fora a diligência fielmente executada pelo Sargento-Mor Pedro Afonso. Remetia a lista dos prisioneiros, enviada por este oficial. Porém o mais interessante e completo depoimento do final de Mão de Luva e do seu descoberto se encontra na minuciosa comunicação que fez a Luís da Cunha o Sargento-Mor Pedro Afonso, datado de Roça Grande, 17 de maio de 1786. Transcrevo na íntegra este documento por se me afigurar o mais importante de todos sobre o final do descoberto e do seu descobridor o «célebre» e «famoso» Manuel Henriques, por alcunha o Mão de Luva. É longa, mas reveladora, esta comunicação:

«Tenho a honra de pôr na presença de V. Exa. que, no dia 9 do corrente mês, mandei passar à margem Sul do Rio Paraíba o Cabo de Esquadra José de Deus, com o soldado José Antônio Rocha, acompanhados de oito Negros, carregados de toicinho e cachaça, fingindo que iam para o descoberto a vender e que explorassem os matos, que se avistavam do Quartel, e como não achassem novidade, passei o rio com a Tropa, que me acompanhava, no dia 10, e marchei até o Descoberto de Macacu, com a dita escolta de Mascateação na frente, em distância de meia légua.

«No dia 13, por uma hora da tarde, fiz unir ao Corpo, que me acompanhava, os oito negros da Carga de Mascateação, e ordenei ao Cabo José de Deus e o soldado José Antônio da Rocha fossem ao Descoberto, e que persuadissem aos salteadores, que a dita Mascateação havia de chegar no dia seguinte, e que ele, dito Cabo, e o soldado deviam abrir a porta logo que eu chegasse, pela meia noite, e que vissem se podiam tirar as escovas às espingardas dos salteadores, o que executou o soldado José Antônio na Primeira Rancharia, onde estavam os homens mais desembaraçados.

«Três quartos de légua distante da Primeira Rancharia, em que estavam as Lavras, esperei que anoitecesse, então continuei a marcha, com grande trabalho, por aquelas montanhas e matos cheios de espinho, até chegar perto da Lavra, aonde esperei pela meia noite. Logo que chegou esta hora, continuei a marcha, com os lugares assinalados por onde cada um devia seguir, e tomar-lhes as picadas que iam para as mais Rancharias, o que se executou com muita precipitação e desordem, faltando ao que eu lhes tinha ordenado, de forma que me foi preciso, ao mesmo tempo, assistir

em quase todos os lugares, e levar muitos a seus postos a pancadas, e a fazer cessar os tiros e vozes de 'mata, mata', que principiaram, antes de estarem nos seus postos, o que deu assim a fugirem seis negros, e o não fugirem os brancos se deve ao Cabo de Esquadra José de Deus, que se pôs à porta, com a espada do Luva na mão, a defender a saída, e a pedir aos nossos que entrassem; ao que acodi, fazendo entrar e cercar a casa».

«O Luva desfechou a espingarda duas vezes sobre o cabo José de Deus, mas, como estava sem escovas, desacorçoou, dizendo: 'Estamos vencidos; o Cabo José de Deus é contra nós; entreguemos, e ninguém resista'. Mas o Cabo José de Deus sempre ficou com uma ferida na cabeça de polegada e meia, que os nossos lhe fizeram com uma bordoada, e escapou de um tiro de pistola, que lhe passou perto da orelha esquerda e ficou salpicado de grãos de pólvora, mas sempre deram com ele em terra, e nunca deixou a porta que defendia.

«Ao dito José de Deus se deve a maior parte do trabalho, e bom êxito desta diligência, e sè faz digno de toda a mercê, que V. Exa. for servido conferir-lhe, e assim ao soldado José Antônio Rocha, que o acompanhou, e ao soldado Filipe Rodrigues. O furriel Domingos Antônio, o soldado Gabriel Mendes, e Francisco Felix também se portaram com desembaraço; os mais executaram o que lhes foi possível.

«Eu espero que V. Exa. me queira fazer feliz, honrando-me com a mercê do Posto de Tenente Coronel, com exercício de Sargento-Mor do seu Regimento, se trinta e um anos de serviço com zelo e excesso (segundo me parece) o merecem, e muito mais principal o tempo que tenho servido debaixo das ordens de V. Exa.; porém, se V. Exa. julgar que não mereço esta mercê, sempre fico satisfeito com que for do seu agrado.

«No dia 14, depois de feita a diligência, veio o Capitão dos Índios, chamado Joaquim, a falar-me, e pedir-me que não lhe fizesse mal, nem ao *Seu* Manuel que era bom e que ensina a sua gente a rezar, o que assim é, porque alguns rapazes o confirmaram rezando algumas Orações. Eu lhe prometi não fazer mal a *Seu* Manuel, e que o fosse chamar para falar com ele, mas nunca me apareceu, e no dia 16 me mandou dizer por um Índio com o bilhete incluso, que lhe mandasse o soldado Filipe, para me mandar dizer um segredo. Mandei o soldado, acompanhado pelo Índio, e lhe descobriu onde estava um Mulato forro, que tinha fugido do Rancho dos de Macacu, e foi ele com o soldado, e alguns índios, a prendê-lo, e me mandou dizer que os cinco negros ele os prenderia e os traria ao Porto do Cunha, e que quisesse eu rogar a V. Exa. o dar-lhe passagem nesta Guarda para as Minas.

«Da relação inclusa verá V. Exa. a gente que se prendeu, e o que lhes confisquei e do mais que executei a respeito das Casas, Senzalas e Mantimentos.

«Remeto a V. Exa. o interrogatório que fiz a quatro negros, que vinham do Descoberto dito a passarem no Porto, e a três que prendi no caminho, quando voltei para esta Capitania.

«No Porto do Cunha deixei dois soldados e quatro pedestres, para ficarem de Guarda, com o Cabo José de Deus, sobre a picada da margem do Paraíba, da parte do Sul, por onde têm entrado muitas pessoas para o dito Descoberto; isto até se prenderem os cinco negros que ficaram no Descoberto, e melhorarem os três que ficaram na Guarda do Porto do Cunha. A um destes três negros, na noite da prisão, lhe deram muita cutilada, e lhe cortaram a cana do braço direito; os outros dois ficaram por doenças.

«As chuvas têm sido muitas, e estas me obrigaram a estar no Descoberto quatro dias; porém não consenti que se lavasse, nem se trabalhasse um só minuto, e às apurações de três pequenos montes de cascalhos assisti eu e mandei espalhar alguns montes que se principiaram.

«Se nesta diligência não tenho obrado com o acerto que V. Exa. deseja, espero que V. Exa. me conceda perdão.

«A Ilma. e Exma. Pessoa Guarde Deus muitos anos. — Roça Grande, 17 de maio de 1786. — Ilmº e Exmº Sr. Luís da Cunha Menezes — *Pedro Afonso Galvão de São Martinho*, Sargento-Mor». ([54])

35

Este documento conta o final do descoberto e do bando do Mão de Luva com simplicidade, porém de maneira viva, exata e minudente. Se houvesse, como se propalou, a possibilidade de um galo, cantando, indicar o local em que estavam as lavras, certamente o Sargento-Mor, na pormenorizada descrição que fez, o teria mencionado. Porém nada se contou desta suposta cena. Ao contrário, tudo leva a crer na impossibilidade da cena do canto do galo ter existido, no momento em que a tropa, chefiada por Pedro Afonso Galvão de São Martinho, invadiu as minas de Macacu; porque se sabia, de antemão, pelos soldados espias de Luís da Cunha, onde se achavam localizados os mineiros, o número de ranchos existentes e o caminho ou picada que do Porto do Cunha seguia até o descoberto.

A verdade, porém, é que, ainda quando no descoberto, assinou o Sargento-Mor uma relação de presos, datando-a de 17 de maio de 1786, do «Corgo (córrego) de Canta Galo do Descoberto de Macacu». ([55]) Já existia, portanto, antes da destruição do

descoberto e de seus ranchos, um lugar, ou melhor, um córrego denominado *Canta Galo*. Tenho para mim que este nome se dava a uma das três rancharias destruidas, onde também se minerava. Luís de Vasconcelos, pouco depois, em carta de 21 de julho de 1788, avisava o Secretário de Estado do seguinte: «foram repartidos por todos, segundo o número de escravos que apresentaram, os descobertos conhecidos dos corgos das Lavras Velhas e do Canta Galo, de que os contrabandistas se haviam apropriado até ao tempo em que foi evacuado aquele sertão». ([56]) Existiam, assim, dois pontos ou lugares devidamente denominados, no descoberto, antes de o Sargento-Mor os ter destruido. O nome de Cantagalo devia ter sido dado a um desses lugares ou pontos de mineração pelo bando do Mão de Luva, sendo outro ponto denominado Lavras Velhas. O descoberto, por conseguinte, chamou-se *Canta Galo* antes de 13 de maio de 1786 ou, ao menos, um dos seus córregos já era indicado por este nome.

36

Com a comunicação do Sargento-Mor Pedro Afonso, transcrita, era de se finalizar a história do Mão de Luva e do seu descoberto, uma vez que não encontrei os autos da devassa, a que mandou proceder o Vice-Rei; documento este que nos daria o verdadeiro fim da história, com a condenação ou não do Mão de Luva e dos seus companheiros. Assim, a história do Mão de Luva, propriamente dita, ficará em suspenso. O fim que iremos aventar será apenas uma hipótese.

Mas existem vários documentos interessantes sobre o descoberto que subsistiu ao fim de Mão de Luva, e os quais aproveitarei a seguir.

Em sua comunicação se reportou o Sargento-Mor Pedro Afonso a uma relação que remeteu anexa. Na realidade são quatro relações. A primeira tem o seguinte título: *Relação dos homens brancos, e pardos forros, que foram presos na noite de 13 de Maio de 1786, por ordem do Ilm.º e Exm.º Sr. Luís da Cunha Menezes, Governador e Capitão General de Minas Gerais, nos Sertões de Macacu, Distrito do Rio de Janeiro, por andarem abrindo Picadas novas, e extraindo Ouro.*

São os seguintes os nomes arrolados nesta relação, com a indicação de: «Por onde entraram para os ditos sertões»:

«Manuel Henriques, o Mão de Luva	— Por Minas Gerais.
Antônio Henriques, o irmão do dito	— Pelo Rio Piabanha, Capitania do Rio.
Felix da Silva, irmão do dito	— Por Minas Gerais.
Inácio da Silva, irmão do dito	— Pelo Rio Piabanha, Capitania do Rio.

Miguel Moniz	— Por Minas Gerais.
José Joaquim da Siqueira	— Pelo Rio Piabanha, Capitania do Rio.
Vicente Ferreira	— Por Macacu, Capitania do Rio.
Antônio Alves	— Pelo Rio Piabanha, Capitania do Rio.
Manuel Ferreira (branco)	— Por Minas Gerais.
Manuel Luis de Santa Ana (pardo)	— Pelo Rio Piabanha, Capitania do Rio.
Domingos Alves Furtado (pardo)	— Por Macacu, Capitania do Rio.
Domingos de Souza (pardo)	— Por Macacu, Capitania do Rio.
Manuel Gonçalves (branco)	— Foi preso em Minas Gerais, por passador de gente e escravos para o Descoberto de Macacu, por onde entrava pelo Cebola e Rio Piabanha, Distrito do Rio de Janeiro.

Vila Rica, 19 de junho de 1786. *Pedro Afonso Galvão de São Martinho*». (57)

A segunda relação tem o título: *Nomes das Pessoas Libertas que se acham no Descoberto*. É mais completa, pois nos dá o número de escravos e outras indicações sobre os ranchos:

«Primeiro Rancho	—	Número de escravos
Manuel Henriques	—	3
Antônio Henriques	—	1
Inácio Henriques	—	1
João dos Santos	—	9
Manuel Ferreira	—	1
Manuel Luis Pardo	—	1
Felix Henriques	—	2 do Padre Felisberto
José Joaquim da Siqueira, filho do Siqueira	—	3 de Sebastião Craveiro
Antônio Alves, filho de Alfredo José Alves	—	1 de Bernardo Reis
Antônio, Crioulo forro	—	—
Soma		22
«Segundo Rancho, que dista do primeiro um quarto de légua		
Miguel Moniz	—	3
«Terceiro Rancho que dista três quarto de légua		
Joaquim Lopes	—	5
Dionisio Lopes	—	—

Vicente Ferreira	—	—
Domingos Pardo	—	—
Domingos, também pardo	—	—
Manuel Texieira, que anda com os índios	—	—

«Destes ficaram a sair para o Rio, Joaquim Lopes, Dionísio Lopes e João dos Santos; e são da Capitania de Minas somente Manuel Henriques, Miguel Moniz, Félix Henriques e Antônio Alves, e os mais ainda que a maior parte deles são filhos desta Capitania, há tempos que estão estabelecidos na Capitania do Rio, e por lá entraram, e quando se mudaram para lá, já foram com o projeto de irem ao Descoberto. — *José de Deus Lopes*». (58)

É a terceira relação quase que uma repetição das duas primeiras, mas com observações sobre a fuga de escravos. Tem o título seguinte: *Relação das pessoas que foram presas na noite de 13 de Maio de 1786, no Descoberto*:

	Escravos presos	Escravos fugidos	Observações
«Na 1ª Rancharia			
Manuel Henriques	3	1	
Antônio Henriques	—	1	
Félix Henriques da Silva (59)	1	—	
Inácio Henriques da Silva	1	—	
Manuel Ferreira	1	—	Este fugiu, e recolheu no dia 15
José Joaquim da Siqueira	—	—	
Antônio Alves Maciel	—	—	
Manuel Luís Pardo	1	—	
Escravos das pessoas seguintes: do Padre Felisberto, morador no Arraial da Espera	—	2	
de João dos Santos, morador no Porto da Estrela, Capitania do Rio de Janeiro	2	—	Um destes fugiu e no dia 12 recolheu à prisão.
«Na 2ª Rancharia			
Miguel Moniz	3	1	
«Na 3ª Rancharia			
Vicente Ferreira	—	—	
Domingos de Souza	—	—	
Domingos Alves	—	—	
Escravos das pessoas seguintes: Domingos Lopes, e seu irmão Dionísio Lopes, moradores na Capitania do Rio de Janeiro	4	—	
de Padre Antônio José de Oliveira	1	—	

Escravos que se prenderam no Porto do Cunha, vindos do Descoberto de Macacu:		
do Anspeçada Bernardo dos Reis	1	—
do soldado Sebastião Craveiro	3	—
Escravos do sobredito José dos Santos, morador no Porto da Estrela, que se prenderam no caminho quando vinham do Descoberto para esta Capitania, no dia 12	3	—
Soma	24	5

«Dos 24 escravos presos, ficaram 9 doentes na Guarda do Porto do Cunha, e um crioulinho na Roça Grande». (60)

A quarta relação consiste principalmente em um quadro, de que constam a quantidade de ouro e o número de utensílios encontrados e arrecadados nos descobertos. Na impossibilidade de reproduzir este quadro como foi feito, vou dividi-lo, a fim de mostrar a quantidade de ouro existente e o mineiro que o extraiu e o número de utensílios e armas, separadamente.

Em primeiro lugar, dou, a seguir, o nome do minerador e a porção de ouro achado em poder de cada um deles:

«Despojo, em que se fez a apreensão»	Quantidade
Nomes:	Ouro em pó
Manuel Henriques	11 1/2
Antônio Henriques	131 3/4
Félix da Silva Henriques	156
Manuel Ferreira	39 1/2
Antônio Alves	5 1/4
Miguel Moniz	62 1/2
Vicente Ferreira	—
Xavier e mais Vicente, escravo de Joaquim Lopes	24
José Joaquim	27 1/4
Inácio da Silva Henriques (61)	34 1/4
Domingos de Souza	—
Manuel Luis	45 1/4
Bernardo Reis e Sebastião Craveiro	80
Dos negros: Domingos	4 1/4
Gonçalo	3
Mateus	2
Destes escravos de José dos Santos	—
Ouro dos três cascalhos que mandei lavrar	50
	680 1/4 oitavas

Os utensílios e armas apreendidos foram: 16 espingardas. Todos possuíam uma espingarda, sendo que três possuíam duas. Pistolas, apenas três, pertencentes a Antônio e Félix Henriques. Facões, oito, sendo que um se deu aos índios. Espadas duas, sendo que uma era a que o Mão de Luva trazia na mão esquerda.

Machados, 10, pertencentes: 4, a Miguel Moniz; 3, a Antônio Henriques, e um a cada um dos três irmãos Manuel, Felix e Inácio Henriques. Dois enxós, pertencentes a Félix Henriques. Ainda pertencentes a este mesmo Felix: 2 goivas, 2 formões, 1 lima, 1 compasso e 3 verrumas. (62) Pertenciam a Mão de Luva: 4 alavancas, 6 enxadas, 6 almocafres, 4 cavadeiras, 4 foices, 4 caldeirões e 2 tachos. Um dos caldeirões se deu aos índios. Miguel Moniz possuía: 4 enxadas, 5 almocafres, 1 cavadeira, e foice e um caldeirão. Pertenciam a Vicente Ferreira, 1 enxada e 1 almocafre; a Joaquim Lopes, 2 caldeirões, 1 espada e 1 facão; a Inácio Henriques, 1 alavanca, 1 enxada, 2 almocafres e 1 caldeirão; a Manuel Reis, 1 enxada, 1 almocafre e 1 cavadeira.

Constam desta relação as seguintes observações:

«Não se achou mais Ouro, porque as Frotas, como eles chamavam, da que era condutor João dos Santos, pela Picada do Paraíba, e a outra dos Lopes, pela Picada de Macacu, que passa pela Fazenda deixada do Cônego, saíram pela Semana Santa para o Rio de Janeiro.

«Toda a Ferramenta a dei às Guardas do Paraíba, e algumas Enxadas e Machados os dei aos índios, assim como todo o Sal e algum Toicinho.

«Casas e Senzalas que mandei queimar:

No 1º Rancho 7
No 2º Rancho 8
No 3º Rancho 6
«Meios de milho 5. O milho dei aos Índios.
«Milharada que mandei cortar por estar verde 1.
Feijões que mandei arrancar por estar muito verde 4.
Feijoal maduro que dei aos Índios 1.
Barris que mandei quebrar 8,
que dei aos Índios 7.

«Também mandei quebrar todas as Bateias, Carumbás, (63) que se acham. As muitas galinhas, frangos e frangas se mataram, e conduziram muitas vivas para o Porto do Cunha, além das que dei aos índios com os galos, e foi esta a coisa que mais apetiçaram.

«Corgo do Canta Galo do Descoberto de Macacu, 17 de maio de 1786 — *Pedro Afonso Galvão de São Martinho*, Sargento-Mor». (64)

37

Dou, a seguir, o interrogatório feito pelo Sargento-Mor Pedro Afonso a vários negros, encontrados no caminho do descoberto.

No dia 5 de maio, às 10 horas da manhã, na margem oposta a em que se achava o «Quartel da Guarda do Porto do Cunha», já na Capitania do Rio de Janeiro, prendeu e interrogou os escravos: Domingos, de nação Angola, pertencente ao Anspeçada Bernardo Reis; Gonçalo, também de nação Angola, e Antônio, de nação Congo, pertencentes ao soldado Sebastião Craveiro. Do interrogatório dos negros se verifica que vinham das minas, onde foram, a mandado dos respectivos senhores, faiscar. Domingos atravessara o Paraíba, de canoa, no Porto do Cunha, com uma passagem que lhe dera o Anspeçada Custódio Pinheiro Faria, comandante da Guarda. E contou que o soldado Craveiro estivera no descoberto durante três meses e «que tinha grande amizade com os salteadores». Disse não trazer ouro, senão cartas para o soldado José de Deus. Porém, além de cartas trazia «ouro em pó, remetido em uma borracha para o soldado Craveiro: 80 oitavas».

Havia um outro escravo, se não me falham as minhas notas, de nome Gonçalo, de nação Benguela, também inquirido. Estivera no descoberto, tirando ouro e fazendo roça. Entrara na Capitania do Rio de Janeiro por Porto do Cunha e trazia 3 oitavas de ouro.

Era movimentada a picada, pois a 8 de maio foi preso outro escravo, que voltava do descoberto. Chamava-se Mateus, de nação Rebolo. Vinha fugido do seu senhor, o soldado Craveiro, que o vendera a Inácio Henriques, irmão de Mão de Luva.

A 20 de maio, de volta do descoberto, conduzindo os presos, o soldado José Antônio da Rocha prendeu mais outros negros que iam para o descoberto.

Um dos negros, de 13 anos, escravo de José dos Santos, de Porto da Estrela, disse que «vinha, com os seus dois parceiros, do Rio de Janeiro para o Descoberto de Macacu, por mandado do dito seu senhor, a chamar os mais parceiros que estavam no dito Descoberto: e que, trazendo um dos seus companheiros cartas para Antônio Henriques, caíra na Cachoeira do Rio Paquequer, e que se perdeu no rio a carga que trazia». Em seguida deu, muito resumido, o trajeto que fizera. Saíram do Rio de Janeiro; marcharam de noite; dormiram em casa de José Rodrigues, na Fazenda do Pau Grande. Saíram de noite até a Fazenda de João Pereira, onde compraram mantimento e entraram no sertão. Passaram o Piabanha, o Rio Grande, seguiram a sua margem até fazer barra no Paraíba. «E, seguindo a margem deste rio por uma picada, marcharam para o dito Descoberto, e que faziam três meses que passaram por esta picada. Informou que o seu senhor estava em casa de João Pereira, «para onde se entra pelo Cebola». Está ali, acrescentou, porque os brancos o queriam prender.

Outro escravo, também de José dos Santos, disse ter o seu senhor loja de «fazenda seca» e o caixeiro chamava-se Veríssimo. Vinham do Rio de Janeiro, de onde saíram de noite. Estiveram nove dias no mato ou «casa de gente pobre». Pousaram na Fazenda de Passa Tempo. A meia légua, atravessaram o Piabanha e o seguiram abaixo, «pela margem do sertão». Depois seguiram o Paraíba. O seu senhor, ou seja, o seu dono estivera no Descoberto, «pela Quaresma; saíra para fora com ele, que levava ouro em pó em uma borracha». (65)

38

Exaltando a sua ação, no desenrolar do drama, que, aliás, não foi notável, participou Luís de Vasconcelos a Martinho de Melo e Castro, a 13 de julho de 1786, o final do descoberto. Atribuiu este final, em grande parte, às suas repetidas recomendações ao Governador de Minas Gerais, cuja ação decisiva silenciou, como se fora simples conseqüência da dele, Vice-Rei.

«Havendo pela minha parte — escrevia Luís de Vasconcelos — regulado todas as expedições que se faziam necessárias para segurar e guarnecer os Postos e Passagens, que têm ou podem ter comunicação do interior do Sertão e Cachoeiras de Macacu para os diversos Distritos desta Capitania, e dependendo unicamente dos avisos do Governador e Capitão-General de Minas Gerais, para pôr em execução as ordens de Sua Majestade, concernentes aos diversos objetos, de que trata a Carta de V. Exa., de 8 de janeiro do ano próximo passado, como lhe participei no meu ofício de 21 de janeiro deste ano, fiz expedir imediatamente no mês de maio precedente a tropa destinada para segurar e defender os sítios mais arriscados, e de maior suspeita, com a devida prevenção e no tempo, em que o sobredito General me participou o tempo em que fazia expedir a tropa daquela Capitania para se internar nos confins desta para o dito Sertão, a fim de ficar limpo e desembaraçado, pelo meio da força, do famoso Corpo de Contrabandistas, que se havia despoticamente apoderado daquele novo Descoberto.

«Resultou desta diligência ficar inteiramente evacuado o sobredito Sertão e os Extraviadores, que infectavam, e se achavam nele tranqüilamente estabelecidos, segundo me acaba de comunicar o sobredito General daquela Capitania, conseguindo-se, ainda com bastante receio de ficar de todo frustrado o bom êxito que se pretendia, o serem surpreendidos nas suas próprias habitações e lavras treze Réus, que vieram remetidos de Minas, e se acham nas cadeias desta Relação, para se proceder contra eles na forma da Lei e ordens de Sua Majestade. Entre estes veio compreendido o famoso Manuel Henriques, por alcunha o Mão de Luva, com os seus três irmãos, igualmente orgulhosos, e de péssimo procedimento,

que, tratando uma recíproca correspondência com os próprios comandantes das Guardas que o sobredito General estabeleceu precipitadamente na estrada, e novo caminho que abriu nos confins daquela Capitania para o dito Sertão, se julgavam seguros e com Passaporte franco para continuarem nas suas extorções à sombra de uma tolerância mal entendida e bastantemente escandalosa.

«É certo, contudo, que se as minhas recomendações a este respeito não fossem tão repetidas, à vista de fatos tão constantes, não seria fácil colherem-se às mãos estes principais cabeças como dão a conhecer os próprios documentos que pretendo remeter a V. Exa. na conta que lhe hei de dirigir pela nau de guerra *Nossa Senhora da Ajuda;* na qual largamente hei de tratar de tudo que pertence a este importante negócio, por se achar ainda dependente de outras averiguações e exames, como devo informar a V. Exa., para pôr tudo na Real Presença de Sua Majestade». (66)

Não se conformava o Vice-Rei com o caminho ou estrada que Luís da Cunha fizera abrir. Este era um dos motivos da quizília com o governador mineiro. A outra consistia em querer prender e arrolar entre os réus da devassa, que mandara proceder contra os extraviadores de Macacu, os soldados e o cabo que, de ordem, estiveram no Descoberto, por espias, e que foram, sem dúvida, os principais autores da fácil rendição do bando do Mão de Luva.

Como prometera, voltou Luís de Vasconcelos, em um longo ofício, de 14 de setembro de 1786, a tratar do final do Descoberto. Esmiudou o mais possível não só o fim dos extraviadores, mas, principalmente, as suas rixas contra Luís da Cunha.

Fora o plano, engendrado pelo Governador de Minas Gerais, o principal fator da derrota de Mão de Luva. Porém, para o Vice-Rei, teriam sido os suas repetidas recomendações. O plano do Governador só servira para contemporizar a ação. É difícil de se resumir o pensamento de Luís de Vasconcelos. O que me parece é que ficou traumatizado pela fácil campanha, por parte de Luís da Cunha, quando ele, Vice-Rei, a previra dificultosa, pois se teria de lutar contra duzentos «facinorosos», fortemente armados.

É longa a exposição que fez o Vice-Rei, na conta que deu, ao Secretário de Estado, dos resultados da diligência. Por isso só a seguirei nos seus passos mais importantes. (67)

Logo no período inicial, que lhe serviu de introdução ao ofício, se nos depara o primeiro ataque a Luís da Cunha, maneirosamente colocado.

«Reservei para esta ocasião — escrevia ele — comunicar a Vossa Excelência os incidentes que foram ocorrendo sobre esta empresa que, pela dependência das precisas prevenções que se deviam tomar na Capitania de Minas Gerais, se fazia mais dificultosa e

arriscada para, à vista dos fatos constantes e sabidos, poder Vossa Excelência formar um verdadeiro conceito, tanto das desordens que livremente se praticavam naquele descobrimento, animados e protegidos, sem a menor consideração por parte daquela Capitania, como das conseqüências que me foi necessário ir prevenindo...»

As acusações de conivência da Capitania de Minas Gerais com o bando do Mão de Luva fazem crer julgasse o Vice-Rei estar Luís da Cunha de parceria com os extraviadores, por intermédio daqueles soldados, que fizera introduzir no Descoberto, por espias. Assim o interesse do Governador seria o de protelar o mais possível o final da diligência. Enquanto isso, a pretexto de espionagem, continuavam os soldados a extrair o ouro cobiçado e repartido entre todos.

Mas prosseguiu Luís de Vasconcelos a desfiar as suas queixas:

«Da correspondência que me foi necessário ter com o Governador e Capitão-General de Minas Gerais, logo que lhe remeti a ordem de Sua Majestade que Vossa Excelência me participou a este respeito, fiquei conhecendo as grandes dificuldades que, a cada passo, se me representavam para iludir a prisão e segurança dos facinorosos, pois, parecendo ao princípio inteiramente disposto por um meio e estratagema todo seu a segurar a sobredita diligência, dando por certa a prisão do principal chefe, o Mão de Luva, procurou ao depois, preocupado de novas idéias e de diverso sentimento, largá-la inteiramente de mão, certificando-me que alguns dos contrabandistas, e entre estes o dito Mão de Luva, haviam passado para esta Capitania... Ainda que uns dos fins do dito General se dirigia a procurar indagar os motivos por que me dispunha a fazer alguns preparativos concernentes a segurar e guarnecer os passos e passagens desta Capitania para o interior daquele vasto sertão, para destas notícias poder talvez tirar um pretexto para se deixar de executar o que Sua Majestade havia determinado...»

Insistindo que, «por força das minhas instâncias», fizera com que o General Luís da Cunha lhe comunicasse quando teria início a ação contra os extraviadores. A esta simples referência, acrescentou um longo período, em que recriminava o Governador de ter conhecido, de antemão, as forças existentes no Descoberto, «pela disfarçada correspondência que, com os mesmos contrabandistas, tinha o próprio comandante José de Deus Lopes, de quem se fiou para esta particular indagação, que se achava na Guarda do Porto chamado do Cunha, que estabeleceu no novo caminho que francamente abriu nos limites desta Capitania...»

Seguiu o Vice-Rei referindo-se às providências, por ele tomadas, não só para guarnecer as entradas para o sertão, mas também para o avanço desta guarnição, a fim de ocupar o Descoberto, logo

que lhe fosse participada a rendição do Mão de Luva. «Fiquei — dizia ele, não se esquecendo da sua rixa — tendo a certeza de se haver efetuado a pretendida diligência, prendendo-se o principal chefe, Mão de Luva, que ali se achava com os seus parciais, não obstante se haver figurado de que havia escapado para estes Distritos, talvez para que a sua fuga não parecesse estranhada pela antecipação com que me foi participada, e para que fosse imputado o seu desaparecimento à pouca eficácia das minhas diligências».

Continuou, ainda nos períodos seguintes, o Vice-Rei a inculcar Luís da Cunha Menezes por culpado de vários erros, senão de má fé, quando, na realidade, fora o Governador de Minas Gerais quem, com o estratagema empregado, acabou com o Mão de Luva e seus parceiros, da maneira mais pacífica possível, pois não morreu ninguém. Assim, escreveu Luís de Vasconcelos, já ao mear o seu ofício:

«Nos argumentos e paridades ridículas e bem digna de notar-se, com que o sobredito General pretende coonestar os seus procedimentos, verá Vossa Excelência a notável conclusão que ele tira no largo preâmbulo da citada carta ... (68) para dever demorar a dita diligência até o ponto em que a deu por concluída, mostrando inteiramente satisfeito com a repressão e remessa dos facinorosos, que se prenderam e foram remetidos com as três Relações... e com o Mapa do que se lhes achou no mesmo Sertão, sem se lembrar em conseqüência da conta que lhe deu o oficial comandante da mesma diligência... (69) que alguns dos sócios e parceiros dos ditos contrabandistas eram cabos e soldados da tropa de Minas que tinham com eles uma muito particular correspondência, e que por isso deviam ser igualmente remetidos para esta cidade para se poderem fazer exames e averiguações necessárias sobre uma matéria de tão grave importância».

Aos soldados que se haviam introduzido no Descoberto, por espias, insistia o Vice-Rei em prendê-los, considerando-os réus, por sócios do Mão de Luva. Neste sentido escrevia:

«Das perguntas e averiguações que se fizeram aos ditos (contrabandistas), vieram a ser pronunciados os que constam da Relação, que vai debaixo do nº 11, entre os quais, como alguns são escravos que se acham presos em Vila Rica, outros moradores nos distritos daquela Capitania e outros soldados de Minas Gerais que, pela qualidade do delito, não podem gozar do privilégio do seu foro, tomei a resolução de os requerer ao dito General com o ouro e mais papéis... O certo é que eles (contrabandistas) viviam tranqüilamente no dito sertão, por terem uns semelhantes sócios, que os animavam nas suas extorções, e que estas eram tão constantes e sabidas em toda aquela Capitania, que passavam por importantes serviços de que se tiravam avultados interesses para Sua Majestade,

principalmente depois que o dito General tomou a precipitada resolução de abrir uma dilatada estrada, com que por uma parte fez mais praticável aquele comércio, e por outra deu maior vigor com a comunicação das próprias guardas, que pôs na dita estrada aos ditos contrabandistas para irem continuando a todo os seus perversos estabelecimentos». (70)

39

Entre um e outro ofício a Martinho de Melo, houve uma troca de cartas entre o Vice-Rei e o Governador de Minas Gerais. Luís de Vasconcelos persistia no seu intento de prender e arrolar os soldados, por sócios e parceiros do Mão de Luva. Queria também que se lhe euviasse o ouro apreendido no Descoberto. A 14 de agosto de 1786, pedia a Luís da Cunha a remessa não só do oúro, mas também dos soldados, pois sem eles não podia continuar o processo:

«Das diligências a que mandei proceder sobre os extravios praticados no interior do Sertão e Cachoeiras de Macacu, resultou ficarem pronunciados os Réus declarados na Relação, que acompanha a conta inclusa, que a este respeito me deu o Desembargador Intendente Geral do Ouro, na qual se incluem não só treze pessoas, apreendidas no dito Sertão, que foram remetidas a esta Capitania, mas ainda outros muitos Réus, entre os quais alguns são escravos, que se acham presos nessa Vila, e outros moradores estabelecidos nos Distritos declarados na mesma Relação, e outros pedestres e soldados da Tropa dessa Capitania».

Eram estes últimos — pedestres e soldados — aqueles que estiveram por algum tempo no Descoberto, por espias, e que foram o fator principal do êxito da diligência. Em seguida falou do ouro: «Do mesmo modo é muito conveniente, atendendo-se ao fim da mesma diligência, que V. Exa. passe as ordens necessárias, para se remeterem a esta Capital as 680 oitavas de ouro em pó, que foram apreendidas aos ditos contrabandistas». (71)

A Relação remetida pelo Vice-Rei a Luís da Cunha, datada do Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1786, tinha o seguinte cabeçalho: «Relação dos Réus do Extravio do Ouro, pronunciados em 3 de agosto de 1786».

Foram pronunciadas as seguintes pessoas, constantes da mesma Relação:

«Manuel Henriques, por alcunha Mão de Luva, e seus escravos Filipe, Domingos e José;
Antônio Henriques Malhor, e seu escravo Francisco;
Félix da Silva, e seu escravo Joaquim, o Maneta;
Inácio da Silva, e seu escravo Manuel;

Manuel Luís de Santa Ana, e seu escravo Francisco, comprado a Antônio Henriques;
Manuel Moniz Pessoa, e seus escravos Miguel, José Cabundá, Antônio e José;
José Joaquim de Siqueira;
Antônio Alves Maciel;
Manuel Ferreira, e seu escravo Antônio;
Manuel Gonçalves Moreira;
Vicente Ferreira Soares;
Domingos Alves Furtado;
Domingos de Souza;
Manuel Teixeira;
Joaquim Lopes, e seu irmão;
Dionísio Lopes, e seus escravos Vicente, João, Pedro e Xavier;
João dos Santos, Mascate do Porto da Estrela, e seus cinco escravos:
José dos Santos, João dos Santos, Antônio dos Santos, Francisco e Manuel;
Alferes João Alves;
Alferes Teotônio Francisco Ribeiro, ambos da Freguesia de Piranga;
Manuel da Costa, enteado de Manuel Henriques, e seu escravo Félix comprado ao Padre Felisberto José Machado;
Pedro Gomes da Freguesia de Itabrava;
José Pereira de São Paio, do Rio das Mortes;
Manuel José de Oliveira ou Manuel de Oliveira, do Rio das Mortes;
O preto Miguel e
O preto Antônio, homens do dito Padre Felisberto José Machado, de Arrozal da Espera;
O preto João, que disse ser do Padre Antônio José da Siqueira;
O Anspeçada Justo Pinheiro de Faria, e seu escravo Ventura;
O Anspeçada Bernardo dos Reis, e seu escravo Domingos;
O Cabo de Esquadra José de Deus, e seu escravo Mateus;
O soldado José Antônio da Rocha;
O soldado Sebastião Craveiro, e seus escravos Mateus, Antônio Congo e Gonçalo Angola;
O soldado Filipe Rodrigues;
O pedestre Antônio Xavier, por alcunha o Minas Novas;
O pedestre João José». (72)

40

Recusava-se Luís da Cunha a entregar ao Vice-Rei os soldados, já pronunciados, e dava por motivo o fato de «que se não fosse o estratagema de que usei, e de que foram o primeiro móvel o dito cabo e mais soldados, que certamente não faria semelhante diligência». E tachava a inclusão dos soldados entre os réus pronunciados pela Intendência do Ouro: «Ardua e repugnante proposta que a V. Exa. fez o Desembargador Geral do Ouro». (73)

A contenda entre os dois perdurou por algum tempo, até que o Secretário de Estado, talvez bem informado pelo Governador de

Minas Gerais, resolveu a questão favoravelmente aos soldados, sem, no entanto, desprestigiar o Vice-Rei. Não retirou Martinho de Melo os soldados de entre os pronunciados na devassa de Luís de Vasconcelos. Mas perdoou a todos que se haviam introduzido no descoberto, por espias, e os elogiou.

Ao remeter o alvará de perdão, colocou Martinho de Melo a questão nos seus verdadeiros termos. Deu, de início razão de o Vice-Rei pretender descobrir todos os cúmplices do extravio do ouro. Com isso justificava a ação do Vice-Rei.

«A Sua Majestade — escrevia — foi presente a Carta que V. Exa. me escreveu com data de 16 de janeiro do ano próximo passado, (74) a respeito dos Réus do Extravio do Ouro dos Sertões de Macacu. Pela mesma carta e documentos a ele juntos, viu Sua Majestade o louvável zelo com que V. Exa. tem procurado descobrir os cúmplices de tão prejudiciais contrabando, a fim de serem apreendidos e processados na conformidade das Leis. E provando-se evidentemente pelos documentos que V. Exa. remete que os Oficiais inferiores e Soldados, apontados por V. Exa., estão compreendidos nos mesmos contrabandos, foi com justa razão que V. Exa. insistiu que eles fossem remetidos para o Rio de Janeiro, assim como foram os réus do crime».

Até aí se deu uma satisfação a Luís de Vasconcelos da solução que se daria, nos períodos seguintes, à intromissão dos soldados no descoberto, pois se esclareceu completamente o papel por eles representado no final do Mão de Luva.

«Sua Majestade, porém, — continuou Martinho de Melo — sendo informado que estes Oficiais Inferiores e Soldados da Capitania de Minas Gerais, ainda que cúmplices dos mesmos extravios de ouro, foram os que descobriram e atacaram e prenderam os outros Réus que estavam estabelecidos nos referidos Sertões, e julgando a mesma Senhora ser útil animar com esperança de perdão semelhantes delitos, que nunca se podem fazer melhor e com mais segurança, senão pelos mesmos co-réus, no caso em que isso seja praticável, como aconteceu na diligência de que se trata: Por este motivo foi Sua Majestade servida perdoar-lhes, como V. Exa. verá da Carta Régia inclusa, e nesta conformidade ordenará V. Exa. ao Ministro encarregado do Processo dos ditos contrabandos na referida Carta; podendo somente fazê-los vir à sua presença soltos e livres, a fim de tirar deles todas as notícias e informações, que puderem ser necessárias para a continuação do Processo dos mais Réus. E isto mesmo participo ao Governador e Capitão de Minas Gerais, o Visconde de Barbacena, para que ele os faça marchar para o Rio de Janeiro, no caso de V. Exa. assim o julgue conveniente e lh'o requeira». (75)

Na carta régia, assinada pela Rainha, a 14 de dezembro de 1788, se perdoavam os seguintes réus pronunciados a 3 de agosto de 1786:

o Cabo de Esquadra José de Deus e seu escravo Mateus;
o Anspeçada Bernardo dos Reis e seu escravo Domingos;
o Anspeçada Custódio Pinheiro de Faria e seu escravo Ventura. (76)
o soldado Sebastião Craveiro e seus escravos Mateus, Antônio Congo, e Gonçalo Angola;
o soldado José Antônio da Rocha;
o soldado Filipe Rodrigues;
o pedestre Antônio Xavier, por alcunha o Minas Novas, e
o pedestre João José.

Na carta régia se justificava o comportamento dos oito soldados perdoados, pois se declarava que eles haviam sido encarregados, pelo Governador de Minas Gerais Luís da Cunha Menezes, de descobrirem os extraviadores de ouro do Sertão de Macacu, e que «executaram com acerto e fidelidade» a tarefa que lhes fora confiada. E, justamente, em conseqüência dos réus perdoados foi que «se seguiu o mandar o mesmo Governador da Capitania de Minas Gerais ao Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão desalojar e prender, como efetivamente prendeu, os ditos contrabandistas». (77)

41

Não sei se a hipótese que passo a formular é válida. Terá, no entanto, a virtude de todas as hipóteses, de aventar, ao menos, uma possibilidade. Encontrei apenas um documento que prove ter sido o Mão de Luva sentenciado por devassar o sertão de Macacu e de ali extrair ouro. (78) E, ainda de 1786, achei o seguinte expediente do Vice-Rei ao Brigadeiro Xavier da Veiga Cabral da Câmara, Governador do Rio Grande do Sul:

«Não sendo conveniente que a família declarada na relação junta, por mim rubricada, de que é cabeça Rosa Maria do Sacramento, seja conservada, por mais tempo, no Distrito de Macacu, onde residia, a remeto na sumaca *Nossa Senhora da Conceição e São José*, com a qual repartirá Vossa Senhoria uma porção de terra que seja suficiente para nela plantarem as suas lavouras, a fim de poderem sustentar-se, mandando servir praça, nas Tropas desse mesmo Continente a um dos filhos da dita Rosa Maria, chamado Joseph Teixeira da Silva. Deus Guarde a Vossa Senhoria, Rio, 30 de dezembro de 1786».

Constavam da «Relação da Família que vai estabelecer-se no Rio Grande» os seguintes nomes: Maria Rosa do Sacramento e seus filhos: Manuel Francisco da Silva; José Teixeira da Silva, que deve sentar praça; Inácio Francisco da Silva; Luís Antônio da Silva, e as filhas Ana Maria da Conceição e Isabel de Flores Pinto, e as escravas Mariana, Maria e Narcisa». (79)

Era comum a mudança dos nomes de indivíduos que, por um motivo qualquer, se tornassem indesejáveis ou prejudiciais em determinado lugar e fossem mandados para outro, com os nomes trocados. Indesejáveis Mão de Luva e seus irmãos no distrito de Macacu, onde viveram por longos anos, foram, por castigo, desterrados para o Rio Grande, com os nomes modificados; tirando-lhes o Henriques. Assim temos: Manuel Henriques, o Mão de Luva, Manuel Francisco da Silva; Inácio da Silva Henriques, Inácio Francisco da Silva; Antônio Henriques, Luís Antônio da Silva. O irmão de Mão de Luva, chamado Félix da Silva, bem que poderia ser o José Teixeira da Silva, com o nome bastante modificado para poder sentar praça. Ficaria faltando, apenas, Manuel Costa, o enteado do Mão de Luva.

Este desterro, afinal, não passa de uma hipótese, com alguma probabilidade de ter acontecido.

42

Vamos ver o que sucedeu ao descoberto, depois da prisão e abandono forçado dos seus primeiros povoadores.

Assim que lhe foi comunicada a expulsão do bando do Mão de Luva, determinou o Vice-Rei a ocupação imediata, pelas suas tropas, das minas de Macacu. Os novos ocupantes não acharam coisa alguma de pé. Estava tudo deserto e arrasado. As rancharias derrubadas e as lavouras destruídas. Apenas, o que as tropas do Vice-Rei já vinham construindo, apareciam. «Do lugar da Cachoeira — escrevia Luís de Vasconcelos — aonde tem princípio aquele vasto sertão, até Cantagalo, não há outras casas, roças e algum outro estabelecimento mais do que os ranchos que, de ordem minha, se têm formado em distância para os Destacamentos que conduzam e circulam aqueles sertões». (80) O estabelecimento mais perto era o engenho de Brás Carneiro, que ficava a 26 léguas do descobrimento, não se indicando em que direção.

Pretendera Luís de Vasconcelos dar início, desde logo, a extração do ouro, por conta da Real Fazenda. Para isso mandara adquirir em Minas Gerais alguns negros, pela Intendência de Vila Rica, «costumados aos trabalhos de minerar». Chamava-se a pessoa encarregada da compra, talvez o Intendente de Vila Rica, Francisco Gregório Pires Bandeira. Este, em carta datada da mesma vila, em 23 de novembro de 1786, dizia ao Vice-Rei, sobre os negros «Posso certificar a V. Exa. que todos são mineiros bons, uns de serviço de rio, e outros, de morro; mas sempre necessitam de quem os dirijam, que é um bom feitor, os quais aqui há, querendo V. Exa.». Em seguida, contou como adquirira os negros: «Os primeiros sete os fiz comprar em uma arrematação; os

outros vieram de Sabará, e os melhores da grande Fazenda de Iaguaré, aonde eu mesmo fui, por ter grande amizade com o dono, e ele prontamente os vendeu, e ofereceu o que quisesse».

Estes escravos seriam os primeiros povoadores do descoberto, já então Cantagalo, se não houvesse tido um contratempo. O Governador de Minas Gerais, prosseguindo na turra com o Vice-Rei, em edital de 1 de janeiro de 1786, proibiu a exportação de escravos. A compra teve de ser desfeita. Mas não deixa de ser interessante consignar aqui o nome e o preço destes escravos que não seguiram para Cantagalo, a minerar, por causa da quizília existente entre aquelas duas altas personagens.

Os sete escravos adquiridos numa execução, pelo preço de 723$000, foram: Francisco Angola, João Benguela, João Bonito, Domingos Farofa, Domingos Benguela, José Benguela e Faustino. Os outros sete, seguem pelos nomes e respetivos preços:

«João Nagô»	150$000
Joaquim Sabará	140$000
Antônio Nagô	140$000
Caetano Benguela	130$000
Joaquim Angola	130$000
João Angola	130$000
Ventura Angola	130$000
Soma	1.673$000»

Nesta soma ou total se incluiu o preço dos outros sete escravos. (81)

Luís de Vasconcelos, já pela compra desfeita dos escravos, já pelos soldados que lhe não foram enviados, estava indignado com o Governador de Minas Gerais, a ponto de afirmar, em carta ao Secretário de Estado: «De tudo o referido bem se conclui que o dito Governador de Minas Gerais, além da má fé com que se tem comportado em todo este negócio, do ódio e má vontade, que tem mostrado com as novas Minas de Macacu, em que esperava ter toda intervenção, se tem inteiramente oposto às ordens de Sua Majestade, não querendo proceder contra os culpados». (82)

43

Interessou-se Luís de Vasconcelos pelo aproveitamento do Sertão de Macacu, agora de Cantagalo, e do prosseguimento da extração do ouro, oficialmente. É digno de nota o interesse do Vice-Rei, imediatamente depois de lhe ser comunicada a prisão dos contrabandistas. Todas as primeiras providências para o povoamento de Cantagalo foram tomadas por ele. Em um longo ofício, de 21 de julho de 1788, contou Luís de Vasconcelos a Martinho de Melo as últimas ocorrências verificadas em Cantagalo e os

trabalhos que, ali, se vinham fazendo, de acordo com as suas ordens. E isso, malgrado a penúria do Tesouro Real na Capitania ou, como ele se queixava «da triste situação, a que me vejo reduzido por falta dos meios para satisfazer os pesados encargos desta Capitania, sendo necessário que toda a resolução que Sua Majestade houver de tomar sobre este importantíssimo negócio (da Casa da Moeda), haja de atender às fracas forças deste Estado, principalmente nas atuais circunstâncias em que se têm feito consideráveis despesas com o estabelecimento das Novas Minas de Macacu».

Os primeiros momentos da nova fase do descoberto foram assim descritos pelo Vice-Rei, satisfeito, sem dúvida, com este princípio:

«A grande fama e reputação das copiosas riquezas daquele vasto Sertão abalou os ânimos de muitos pretendentes, logo que fiz pública a Real Benevolência e Grandeza de Sua Majestade, com que foi servida mandar repartir aquelas lavras e terras minerais por vassalos úteis e industriosos, concorrendo um grande número de requerimentos para datas e sesmarias, que fui concedendo por títulos interinos, procedendo as precisas informações do Desembargador Superintendente. Apresentou-se no dia que foi destinado para a repartição das datas maior concurso de pretendentes, do que se devia esperar pela dificuldade dos caminhos, e das estradas que apenas se principiavam a abrir, com bastante trabalho, e procedendo-se as sortes, estabelecidas no Regimento com assistência do Guarda-Mor que nomeei para esta diligência, e depois de tiradas as datas de Sua Majestade e de preferência de estilo, foram repartidas por todos, segundo o número de escravos que apresentaram, os descobertos conhecidos dos cargos da Lavra Velha e de Cantagalo, de que os Contrabandistas se haviam aporveitado até o tempo em que foi evacuado aquele sertão».

Somente então foi que se viu a maneira por que se deu a extração clandestina do ouro e a sua extensão. Parece-me que, logo depois do fechamento do sertão, pelo Conde da Cunha, em 1765, se iniciou o contrabando. E este contrabando e extração teriam perdurado pelo espaço de vinte anos. Talvez não fosse o Mão de Luva o primeiro a explorar as minas do Sertão de Macacu. Na descrição de como se encontraram as duas lavras, não acreditava o Vice-Rei no seu aproveitamento.

«Nesta ocasião — prosseguia na sua minuciosa narração — se viram patentes os vestígios que indicavam as grandes usurpações que ali se haviam feito muito a salvo, por se encontrar aquele terreno, em que haviam formado as suas habitações e lavras inteiramente escalado, aberto e profundado em diversas partes em que se tinham empreendido serviços e escavações minerais, de modo

que sem maior experiência se podia conceituar de que aqueles dois descobertos conhecidos que se partiram dariam muito pouca esperança de utilidade ainda que de todo a não perdiam os que só se fiavam das vozes e rumor vago que se haviam espalhado das suas riquezas adquiridas sem maior trabalho, indústria e diligência».

Contudo, as lavras foram distribuídas e povoadas. Porém, foi imediata a decepção no tocante ao ouro. Os mineiros clandestinos haviam esgotado todas as possibilidades dos «vassalos úteis e industriosos» de minerar, pois acabaram com o ouro do descoberto. E os novos possuidores das lavras eram bisonhos. Assim descreveu Luís de Vasconcelos este momento de transição:

«Estes contratempos da fortuna foram logo experimentando estes novos mineiros, que ignorando o modo de se fazerem os árduos serviços da mineração, e não querendo sujeitar-se a aprender aquele particular mecanismo do inspetor que ali se acha encarregado da data de Sua Majestade por se persuadirem que já se achavam semeado de ouro que só bastava colhê-lo às mãos lavadas, foram alguns pouco a pouco perdendo o ânimo e o alento, não só por verem muito dificultosos os seus primeiros projetos, mas ainda pela sensível falta de alimentos, de que se deviam logo lembrar e prevenir para a sua necessária subsistência, e sem maior exame, mais do que alguns que fizeram na superfície da terra, abandonaram as datas que com tanta instância haviam solicitado».

Espalharam esses inexperientes mineiros notícias desfavoráveis à possibilidade da extração do ouro. Decepcionados, abandonaram as datas conseguidas, dando ensejo a que uma nova leva de povoadores aparecesse, mais interessada na plantação e na criação de gado, a solicitar «muitas sesmarias naquele sertão». Não deixaram, contudo de prosseguir na cata do ouro, embora esta já não fosse a principal atividade, as lavras, pertencentes à Rainha, ou seja, a Sua Majestade, «produziram 5 marcos, 2 onças, 4 oitavas e 43 grãos, ou a importância de 408$750 réis, que, repartida por mil novecentos e noventa e um serviços, vem a sair cada um 205 réis e um quinto».

Não perdera Luís de Vasconcelos as esperanças. Estava até muito otimista, julgando que com a continuação dos trabalhos as minas voltariam a render como, no início de sua exploração, pelos contrabandistas. Neste sentido prosseguiu a sua longa e minuciosa carta:

«Para se formar uma idéia desta qualidade de trabalho, e da utilidade é necessário advertir que estes serviços, sendo feitos por gente nova e ainda pouco versada nele, vêm a dar em maior número do que seria necessário, e do que será daqui por diante, pelo uso que se vai adquirindo; maiormente, porque não só compreendem o

trabalho particular da lavra, ou da cata e seu desbarranco, mas ainda outros, com que se não conta e são precisos para a mineração.»

Contava o Vice-Rei com novas lavras, em lugares vizinhos da Lavras de Cantagalo e Lavra Velha. «Melhores esperanças, contudo, podem prometer os novos descobertos do Rio Grande, Rio Negro e Ribeirão dos Macucos, que não têm sido procurado pelos contrabandistas, pelas suas grandes distâncias, não obstante as boas notícias e informações que deles davam, talvez adquiridas dos índios que habitam naquele vasto país. Para o último, do Ribeirão dos Macucos, tem o Desembargador Superintendente Manuel Pinto da Cunha e Souza aplicado todas as suas forças, mandando fazer derrubadas de matos impenetráveis, com muitos custos e dificuldade e abrir caminhos e veredas por trilhos desconhecidos, facilitando os obstáculos, que cada dia representam invencíveis em tão ásperos desertos...»

As explorações do território prosseguiam. Já se constituíra o Arraial de Cantagalo no sítio que se denominara «Corgo do Canta Galo». E aí já se aboletavam funcionários fiscais, visando à arrecadação do quinto. «Entretanto se vão fazendo as precisas explorações dos terrenos — esclarecia o Vice-Rei, — não só para se formalizar a Carta topográfica, a que se tem dado princípio na forma da ordem de Sua Majestade, mas ainda para se reconhecer o lugar que deve servir para nele se estabelecer a povoação principal, pela total incerteza do que pode ser mais vantajoso, segundo as diversas comunicações para a Cidade. Por ora existe um Arraial de Cantagalo, por se achar mais desembaraçado, a Casa do Registro do manifesto do ouro, a residência do Desembargador Superintendente, Comandante da Tropa, Guarda-Mor e mais oficiais que devem servir na mesma Casa do Registo, estabelecendo-se nele algumas habitações pouco estáveis para o alojamento da tropa, armazéns de mantimentos etc.. Mas como aquele lugar tem pouca planície e está no meio de serras montuosas, não tem parecido o mais próprio para a mesma povoação, até se averiguar os dos Rio Grande e Rio Negro, que, ficando místicos e imediatos aos Descobertos que se pretendem fazer, podem mostrar outra qualidade de terreno com melhor largueza e disposição para aquele estabelecimento».

Em seguida tratou Luís de Vasconcelos da maneira por que determinara o funcionamento do registro do ouro e dos funcionários que ali trabalhavam. Era, sem dúvida, a parte principal da exposição, por se referir à percepção do quinto.

«Havendo mandado estabelecer — escrevia — um Registro de Entrada das Fazendas e dos de passagens para neles se receberem semelhantes contribuições, segundo o método e regulação de Minas Gerais, por não haver outro em contrário; e parecendo-me

também conveniente dar uma forma segura para a percepção do Real Quinto, segundo as faculdades com que Sua Majestade me autorizou por este negócio; tomei o expediente de mandar erigir e formar uma Casa do Registro do ouro, para nele se manifestar todo o que for pertencente aos particulares, e se puder tirar também o quinto na sua entrada, nomeando para esta arrecadação um tesoureiro, um escrivão e meirinho, com os seus ordenados competentes, debaixo da inspeção do dito Desembargador Superintendente que foi particularmente instruído de todas estas circunstâncias concernentes a este mesmo negócio. Para não haver confusão nem impertinência na forma da arrecadação, mandei praticar os métodos de escrituração... nos quais se vêem as verbas do recebimento tanto do quinto, como do ouro dos particulares, lançados com assentos breves e unicamente precisos para uma maior concorrência, sem neles se misturarem superfluidades que só servem de empate, de embaraço e de uma excusada demora no lançamento das mesmas verbas. Da cópia debaixo do nº 3, verá V. Exa. a instrução, a que se referem os referidos métodos para a sua melhor inteligência, mostrando-se nela que todo o ouro que ficar liquidamente pertencendo aos mesmos particulares, depois de tirado o quinto, se lhes deve entregar em borrachas cosidas e seladas com o selo da Casa, pondo-se nelas o número que combinar com o manifesto do Livro, e com a certidão ou guia, que lhes deve entregar para ser apresentada com o próprio ouro da Intendência Geral, como se pratica com as barras de Minas Gerais, e depois das precisas averiguações se recolher na Casa da Moeda, para se reduzir a barra ou a dinheiro, de modo que por esta forma não só se facilita o mesmo manifesto e a entrega do ouro, mas ainda se previnem os extravios e fraudes que possam haver em qualquer ocasião pela correspondência da Casa do Registro com a Intendência Geral, aonde ficam constando outros assentos iguais, que devem combinar com o mesmo manifesto. Para todos os mais objetos, relativos àquelas novas minas, fiz também praticar os métodos que vão debaixo dos nºs 4, 5 e 6, que respeitam tanto às matérias que se devem tratar pela repartição do Guarda-Mor, como as licenças, despachos e matrículas, e Registro dos bilhetes do mesmo manifesto, a fim de que, com estas clarezas, se possa, em qualquer tempo, conhecer o estado daquele estabelecimento, sem maior dependência de averiguações estranhas, que quase sempre são muito pouco acreditáveis».

Tem-se o modelo de um dos livros de controle da extração do ouro: «Este livro há de servir para nele se lançarem as Verbas do Manifesto do Ouro das Novas Minas de Macacu, pertencentes aos Particulares...» Outros documentos se encontram referentes ao início da extração do ouro legalmente, logo depois de presos os contrabandistas. Os primeiros indivíduos, nesta nova fase, a trabalharem nas minas foram:

Manuel Dias extraiu 25 oitavas, sendo o quinto para Sua Majestade de 5 oitavas;
Manuel Fernandes da Silva extraiu 10 oitavas e 5 grãos, sendo o quinto de 2 oitavas e 1 grão;
Francisco Antônio Guimarães extraiu 5 marcos, 5 onças, 2 oitavas e 1 grão, sendo o quinto de 1 marco, 1 onça e 36 grãos;
José Francisco de Miranda extraiu 15 onças, 5 oitavas e 10 grãos, sendo o quinto de 3 onças, 1 oitava e 2 grãos.

Esta extração se verificou meses depois, em setembro, de o Vice-Rei tomar conta do descoberto. E já se tem uma noção de ordem, pois constam termos devidamente lavrados e assinados pelo escrivão Joaquim da Rocha Machado e pelo tesoureiro Francisco Lopes Rodrigues. Num desses termos ou anotações se lê: «Manifestou Manuel Fernandes Menezes 12 oitavas e meia de onça, de que se extraíram de quinto para Sua Majestade 2 oitavas e 36 grãos, e lhe fica líquido 1 onça e 2 oitavas». (83)

Assim se iniciou a vida do arraial de Cantagalo, em 1786, não só com uma infinidade de regulamentos, de registros, intendência do ouro e guardamoria, mas também com uma chusma de funcionários, adestrados e atentos a possíveis descaminhos. No entanto, ainda que o Vice-Rei esperasse, em breve, poder assistir ao embarque, para Lisboa, de barras de ouro do novo descoberto, a verdade, porém, era que, até então, pouco se arrecadava: «pelas poucas entradas — dizia ele — e manifestos de ouro que têm havido». (84)

As fabulosas riquezas do sertão de Macacu nunca existiram. E do pouco ouro que ali despontou, apenas vestígio se conservou.

44

Luís de Vasconcelos, até o fim do seu governo, cuidou, com certo carinho, das minas do Sertão de Macacu. Isso se verifica da carta que dirigiu ao seu substituto, em 20 de agosto de 1789, meses antes de deixar o cargo de Vice-Rei.

Achou-se, então, obrigado a dar ao Conde de Resende «as notícias mais circunstanciadas daquele estabelecimento». Iniciou com o histórico do descoberto, numa síntese muito bem feita. É de se reproduzir aqui este histórico, pois foi feito por quem representou papel principal em todo o desenrolar do drama. É, em grande parte, o que escreveu em vários ofícios ao Secretário de Estado. Porém, agora, já não se tratava de justificar os seus atos, perante a autoridade superiora, e manter a sua quizília contra o Governador de Minas Gerais, mas, apenas, de dar ao seu substituto os esclarecimentos necessários para que continuassem os trabalhos, começados por ele, a fim de que as minas pudessem vir a dar aquilo que tanto esperava ver: as riquezas tão decantadas. Iniciou o resumo dos acontecimentos assim:

«Havendo Sua Majestade mandado evacuar, pela tropa de Minas Gerais, aquele vasto sertão, que se achava ocupado por um grande número de contrabandistas, que se tinham aproveitado das suas riquezas, formando nos sítios que lhes pareciam mais cômodos as suas habitações e lavras, para poderem melhor continuar as suas escandalosas usurpações, resultou daquela diligência, que foi igualmente auxiliada da parte desta Capitania, apreenderam-se os facinorosos, que ali se encontraram com o seu famoso cabeça o célebre Manuel Henriques, por alcunha o Mão de Luva, os quais foram presos e sentenciados no Juízo da Intendência Geral do Ouro desta Cidade».

Com esta introdução do que ocorrera antes de ele, vice-rei, tomar conta das minas, deu-nos uma importante informação, de que os contrabandistas haviam sido sentenciados. Justamente é esta sentença que nos faz muita falta, pois, se a conhecêssemos, saberíamos, com certeza, o destino do Mão de Luva e de seus comparsas. (85)

Seguiu Luís de Vasconcelos contando o que fizera, depois de ocupado o descoberto por tropas suas. É, sem dúvida, a parte mais interessante destas notícias, pois nos dá conta dos primeiros anos de vida de Cantagalo, já sob as ordens das autoridades constituídas, e não mais debaixo do mando dos extraviadores.

«Como os principais objetos das Reais Ordens são povoar-se aquele inculto sertão por vassalos úteis e industriosos, reprimir-se a continuação dos extravios e contrabando, e repartirem-se as terras minerais por pessoas que, empregando-se naqueles trabalhos, pudessem aproveitar-se deles em utilidade do Estado, foi necessário aplicarem-se muitas e quantas providências, vencendo-se grandes obstáculos, que cada dia se apresentavam insuperáveis, e regulando-se outras muitas disposições para se promover e adiantar um estabelecimento útil e necessário naquelas vastas distâncias, a que se opunha a total falta de todo o preciso, principalmente nas tristes circunstâncias em que sempre se tem achado esta Fazenda Real, sem meios, nem forças, nem esperança de se poder acudir às indispensáveis despesas com que devia ser socorrido aquele estabelecimento».

Descritos os empecilhos que lhe dificultaram a ação, ao dar início à exploração das minas e ao povoamento das terras, passou o Vice-Rei a indicar o que já havia realizado, com minúcias:

«Tudo se foi vencendo, não como convinha, mas como exigiam as ocorrências dos casos, formaram-se destacamentos nos lugares mais imediatos ao sertão, com suficiente número de tropa, para embaraçar os extravios, prender os culpados, e evitar a entrada e comunicação: abriram-se estradas para o novo arraial de Cantagalo, que era o sítio que se achava descoberto e freqüentado pelos ditos

contrabandistas: estabeleceu-se nele uma casa de Registro do Ouro, com os oficiais precisos, debaixo da direção do Desembargador Intendente Geral do Ouro, Manuel Pinto da Cunha e Souza, que, tendo muito talento e capacidade, devia, até pela experiência e exercício do seu lugar, servir de Superintendente Geral das novas Minas de Macacu, para fazer observar os Regulamentos das terras minerais, no que se fizessem aplicáveis, segundo o método de escrituração, para o particular governo da mesma Casa do Registro, dos ditos oficiais, e das mais matérias concernentes ao guarda-mor, que também nomeei para a repartição das terras e datas minerais: regulam-se os serviços que se deviam logo empreender com pessoas inteligentes e artífices de diferentes ofícios: e depois de se disporem, com muita antecipação, estas e outras muitas providências, chegou o dito Desembargador Superintendente no dia 2 de junho de 1787 ao lugar apontado do Cantagalo, que ficava sendo o da sua residência, enquanto se não resolvia a respeito do sítio próprio para estabelecer a povoação.

«A grande fama e reputação das copiosas riquezas daquele vasto serão abalou os ânimos dos muitos pretendentes, logo que se fez pública a real benevolência com que Sua Majestade foi servida mandar repartir aquelas lavras e terras minerais, como se vê do ofício que se acha na correspondência da Corte, do ano de 1785, em resposta das contas que dirigi à Real Presença sobre este importantíssimo assunto: concorrendo, conseqüentemente um grande número de requerimentos para datas e sesmarias, que fui concedendo pelos títulos interinos, precedendo as necessárias informações do Desembargador Superintendente, a quem me pareceu necessário ouvir a respeito dos mesmos requerimentos.

«Apresentou-se, no dia que foi destinado para a repartição das datas, maior concurso de pretendentes do que se devia esperar, pela dificuldade dos caminhos e estradas, que apenas se principiavam a praticar e abrir com bastante trabalho. E, procedendo-se às sortes estabelecidas no Regimento, depois de tiradas as de Sua Majestade de estilo, foram repartidas por todos, segundo o número de escravos que apresentavam, os descobertos conhecidos dos córregos da Lavra Velha e do Cantagalo, de que os contrabandistas se haviam apoderado, até ao tempo em que foi evacuado aquele sertão. Nesta ocasião se viram patentes os vestígios que indicavam as grandes usurpações que ali se haviam feito muito a salvo, por se encontrar aquele terreno inteiramente escalado, aberto e profundado em diversas partes, em que se haviam empreendido serviços e escavações minerais, de modo que sem maior experiência se podia conceituar de que apenas dois descobertos conhecidos que se repartiram davam muito pouca esperança de utilidade, ainda que de todo a não perdiam os que só se fiavam das vozes e do rumor vago que se havia espalhado das suas grandes riquezas adquiridas sem maior trabalho, indústria e diligência.

«Estes contratempos da fortuna foram logo experimentando os novos mineiros que, ignorando os modos de se fazerem os árduos serviços da mineração, e não querendo sujeitar-se a aprender aquele particular mecanismo do Inspetor que ali se acha encarregado da data de Sua Majestade, por se persuadirem que podiam colher ouro a mãos lavadas, foram alguns, pouco a pouco, perdendo o ânimo, não só por verem muito difíceis os seus projetos, mas ainda pela sensível falta de mantimentos, de que se deviam logo lembrar e prevenir, para a sua necessária subsistência, e, sem maior exame, mais do que algum que fizeram na superfície da terra, abandonaram as datas que, com tanta insistência, haviam solicitado, dando e divulgando notícias diversas que não têm deixado de influir nos que facilmente se alucinam de quaisquer novidade. Os efeitos dela se foram logo experimentando mais sensivelmente, pois, embaraçado o mais concurso de gente e ficando apenas no Cantagalo um pequeno número de indivíduos, que não afrouxaram nem descoroçoaram do seu primeiro intento não se puderam de todo destruir as vozes e clamores dos que se retiraram das novas minas e tinham espalhado notícias contrárias, que logo fizeram uma notável impressão nos que estavam à mira dos sucessos e das suas conseqüências, de modo que tem passado tanto esta ilusão, que, divulgando-se depois a inverossimilidade e preocupação daqueles primeiros pretendentes, à vista de fatos constantes, que provam a sua inércia, por terem correspondido assim os trabalhos daquelas datas mal reputadas, às utilidades adquiridas com o serviço do próprio minerar, que até então se ignorava, nem por isso tem havido maior concorrência de povoadores naquele sertão».

Pretendia Luís de Vasconcelos, com este final, demonstrar a viabilidade de exploração do ouro em Cantagalo, tentando invalidar as notícias que se espalhavam do esgotamento das minas de Macacu. Atribuía à incapacidade dos mineiros, que se instalaram logo depois da distribuição das datas, o malogro dos seus trabalhos. Na convicção de êxito, mandara proceder a novas tentativas. De exame feito no rio dos Macucos e seus córregos, e nos rios Negro e Grande, ressurgiram «melhores esperanças». E afirmava o Vice-Rei: «Estas minas não deixarão de fazer grande conveniência, não só pela abundância, mas ainda pela qualidade do ouro».

Com «a certeza e evidência das utilidades que prometem as novas minas», planejou Luís de Vasconcelos a criação de uma espécie de sociedade, em que se congregassem todos os interessados, para administrá-las, repartindo entre eles não só as despesas, mas ainda os lucros auferidos. Encarregou da administração da sociedade «o Tenente Inspetor Joaquim José Soares, que tem bastante experiência destes trabalhos». «Para estabelecer o referido plano me pareceu a propósito o córrego das Lavras Velhas no lugar em que estiver por lavrar, por ter mostrado que é de interesse, tanto

pelas experiências, como pelas datas que nele se lavraram, além das muitas comodidades que oferece a sua próxima vizinhança do arraial de Cantagalo».

As minas, no entanto, já se achavam esgotadas. Isso comprovou um anônimo que escreveu o trabalho intitulado *Notícias e reflexões sobre as minas de Cantagalo*, que deve ser de 1805. Tinha conhecimento perfeito da situação do ouro extraído. E foi com dados contábeis que comprovou que as despesas de 1786 a 1803 foram maiores que a receita.

Exemplificou o anônimo com o resultado de vários anos: assim a receita nos últimos dez anos fora de 6:634$610, enquanto as despesas montaram a 21:000$000, deixando um *deficit* de ...... 14:365$984. Além da importância em mil-réis, consignava a extração do ouro correspondente. Vamos dar a demonstração que fez referente aos últimos três anos, de 1801 a 1803:

Foram extraídos, neste período, 29 marcos, 8 onças e 42 grãos, que produziram o total de 2:808$876. As despesas foram as seguintes:

«Pelas folhas de ordenados:

ao Guarda-Mor	500$000
ao Escrivão	500$000
ao Tesoureiro	300$000
ao Meirinho	300$000
	1:600$000»

Em três anos somava a despesa 4:800$000. Destes dados concluía que o *deficit* anual era de 663$708. Lembrava o anônimo a modificação do serviço e finalizava o trabalho, por afirmar: «Seriam sempre mais úteis a Sua Majestade e ao público as lavouras de café, açúcar, e a criação de gados nas sesmarias dos sertões de Macacu, ainda pela maior parte incultos, do que as grandes lavras de Cantagalo e de outros sítios do mesmo sertão». (86)

45

Continuou Luís de Vasconcelos, por alguns anos, a interessar-se pelas Novas Minas de Macacu, considerando-as, talvez, como obra sua. Assim foi que, de Lisboa, a 20 de julho de 1805, ordenava a D. Fernando José de Portugal, vice-rei do Brasil, em nome do Príncipe Regente, lhe desse «uma exata informação dos progressos que» aquelas minas têm tido, «e poderão ter, remetendo para este fim uma conta do que houveram produzido nos últimos dez anos». (87) Não conheço, infelizmente, a informação do vice-rei. Talvez seja a notícia dada pelo anônimo, a que nos referimos e, justamente, se reporta aos últimos dez anos, de acordo com o pedido de Luís de Vasconcelos.

Mas, no ano seguinte, tem-se uma notícia, ainda que incompleta, de Cantagalo. O Príncipe Regente, em 1806, mandou remeter ao Conselho Ultramarino um plano «a respeito da utilidade que se devem tirar do melhoramento do Sertão do Cantagalo». Em 7 de junho se encaminhou cópia deste plano para o Rio de Janeiro, a fim de ser informado.

Neste plano se dizia, de início: «nenhuma providência carece mais que Vossa Alteza Real haja de oficiar eficazmente o seu Régio, Supremo, e Pleno Poder e Soberania, que a do Brasil, e muito em especial o Sertão do Cantagalo, Capitania do Rio de Janeiro».

Não assinou o autor do «plano ou pró-memória» o seu trabalho, nem o datou. Mas de citação que faz, verifica-se que foi elaborado depois de 1802. Talvez fosse alguém no Rio de Janeiro, conhecedor do histórico, pois contou que, correndo o ano de 1786, aproveitou-se o «benemérito Luís de Vasconcelos e Souza», de denúncia «de que no Sertão do Cantagalo vagavam garimpeiros, extraindo furtivamente ouro, capitaneados por um Mão de Luva, associado aos irmãos Lopes», para, depois de prender os contrabandistas, dar começo ao aproveitamento do sertão, ou, como dizia o anônimo, para dar «sábias e prestes providências para as terras serem cultivadas». Efetivou, em seguida, a «bem acertada» divisão dos Dois Vales, pelos novos habitantes. Estes, no entanto, só trabalharam na «cultivação da terra»; «ignorando a extração do ouro», contentaram-se com o que provinha das serras e da superfície do terreno.

«Abandonaram» estes novos povoadores — prosseguiu o anônimo — «a riqueza do centro delas, e por isso exigiram uma povoação com o dito apelido de Cantagalo, com vinte e oito casas unidas, que se aumentou com outras muitas, aos quais se deram sesmarias de terras, fazendo no ano de 1802 o número de 869 pessoas de comunhão na boa igreja que se erigiu, com a soberana invocação do Santíssimo Sacramento do Cantagalo».

O Conde de Resende não continuou a obra do seu antecessor. No entanto, «a fertilidade deste terreno do sertão do Cantagalo é tão pasmosa, que se tem visto produzir a semente de um alqueire de milho duzentos alqueires. A propriedade que ele tem para a cultura do feijão, café, mandioca, fumo, anil, cana de açúcar, é tal que muitos desejam sub-rogar as suas possessões com as das vizinhanças». Insistiu ainda pela responsabilidade do Conde de Resende no abandono do sertão de Cantagalo.

É de se notar que, nesta memória, referindo-se a fatos de 1802, já dá o café, que seria a principal riqueza de Cantagalo, como uma das culturas aclimadas à terra.

Objetivava a memória obter do governo algumas melhorias para o sertão, sendo as duas principais:

1º, abrir uma nova estrada, «à custa dos confinantes», para o Rio de Janeiro, passando pela vila de Macacu, «distante deste arraial 22 léguas, e com passagem dos rios por canoas». E isto «por ser intransitável o caminho antigo, pelos muitos atoleiros e precipícios, tendo os da subida da serra tais que, diariamente, se lamentam as desgraças e perdas dos viandantes».

2º, transmudar «a situação do arraial, dentre os altos morros, em que foi mal colocado», erigindo-se nas «planícies vizinhas, mais deleitáveis e sadias». (88)

46

Concedeu Luís de Vasconcelos, nos anos que se seguiram à prisão dos contrabandistas até o final do seu governo, várias sesmarias.

Acham-se no Arquivo Nacional os documentos referentes a estas concessões, o que nos permite conhecer os primeiros povoadores de Cantagalo, justamente aqueles que substituíram, no antigo descoberto, imediatamente, o Mão de Luva e seus companheiros. Talvez não se encontrem todas as sesmarias, mas, ao menos, parte da documentação a indicar-nos os nomes de alguns desses povoadores.

Obtiveram, em 1787, sesmarias em Cantagalo os seguintes indivíduos:

Barbosa (Antônio José da Costa)
Bustamante (Roberto Car Ribeiro de)
Câmara (João Marques da Silva Gonçalves)
Cruz (José Rodrigues)
Miranda (José Antônio de)
Oliveira (Inácio Maria de)
Pimentel (Francisco Cabral)
Rangel (Manuel de Abreu)
Sacomano (João Caetano)
Santos (Manuel Pinto dos)
Tonelet (Camilo Maria);
em 1788:
Menezes (João Ferreira Couto de);
em 1789: (89).
Barros (José Porfírio de).

Foram estes os primeiros poovadores do Sertão das Minas do Macacu, já demudado em arraial do Cantagalo.

47

Muitas foram as sesmarias concedidas no sertão do Cantagalo nos primeiros vinte anos do século XIX. Até 1820, inúmeros agricultores, e não mineiros, já possuíam os seus estabele-

cimentos agrícolas, montados para a exploração do café, principalmente, com seus escravos e suas tropas destinadas ao transporte do produto para o Rio de Janeiro. A paralisação deste transporte importava sempre em prejuízo. Assim foi que, com a vinda dos colonos suíços para Nova Friburgo, as tropas dos cantagalenses foram requisitadas para o transporte dos colonos, do litoral até Friburgo, pagando-se-lhes a razão de 900 réis por besta carregada, preço este não muito razoável, pois, em 1838, saía o transporte de oito arrobas de café, peso do carregamento de um animal, por 6$400. Mas nem o preço estipulado, de 900 réis, fora pago até 1820. Por isso os «infelizes moradores de Cantagalo» se dirigiram ao Intendente Geral de Polícia da Corte, reclamando: «que eles, a perto de um ano, vivem debaixo de um jazigo e vexame, a título de serviço de Sua Majestade, sem serem senhores das suas tropas, escravos e mantimentos que se estão perdendo, de momento em momento, por não poderem trazer os frutos de suas lavouras para esta Corte, que também têm sentido seus habitantes com a falta dos mantimentos, bem como Cafés, Toicinhos, muitos víveres que vêm daquele lugar, por lhes serem tomadas as suas tropas e escravos para conduções, quando, aliás, muitas e muitas vezes estas conduções são para particulares e não para os colonos suíços».

Com frases semelhantes, enérgicas e corajosas, ainda que em detestável português, continuaram os «infelizes moradores de Cantagalo» a expor a situação, em que se encontravam, esbulhados de suas tropas e escravos, para pedirem, no final, a cessação do abuso, com a entrega das tropas e dos escravos, além do pagamento dos 900 réis devidos, embora tal paga não desse nem para as despesas com «os escravos das ferraduras». (90)

48

Em 1809, um notável naturalista inglês, John Mawe esteve em missão do governo, a ver se se confirmava a notícia da existência de minas de prata no antigo descoberto. Não encontrou a prata procurada, pois se tratava de fraude, desmascarada pelo inglês, mas deparou com uma terra e uma gente, já no início de novos empreendimentos. Por isso contou, em poucas linhas, a história do Mão de Luva, dos garimpeiros, do esgotamento das lavras, e daí o fato de terem os colonos abandonado a cata do ouro e dedicado todo o seu trabalho à agricultura.

Mawe gostou não só dos fazendeiros, mas ainda das fazendas, que desabrochavam em pleno sertão, a ponto de compará-las «aos sorridentes vales da Inglaterra». Por vezes, apontou ele o café, cujo plantio se iniciava. Antes de chegar ao arraial de Cantagalo, passou pela fazenda de Manuel José Pereira, natural dos Açores, dono de uma sesmaria obtida em 1802. (91) «Em-

bora — escreveu Mawe — o dono da fazenda nela não resida há mais de cinco anos, e conte apenas com o auxílio de dois filhos e de seis negros, ela se acha bem cultivada. Na sua plantação de café, notamos cinco mil pés de café em pleno crescimento e o resto das terras em igual condição de prosperidade». (92)

Em outras fazendas também se hospedou Mawe. Entre elas, a do padre Tomás de Nossa Senhora da Conceição foi descrita com certa minucia. «A casa — descrevia — era nova e bem construída, possuindo apenas quatro peças, todas assoalhadas; conforto raro nestas paragens». Depois de outros esclarecimentos, falou das plantações: «Mostrou-nos a sua horta, cheia de bonitos pés de café e conservada na mais perfeita ordem; seus campos estavam cobertos de milho». (93)

Ao deixar Cantagalo, não o fez Mawe sem antes consignar a maneira fidalga por que fora tratado: «Durante a permanência de cerca de quinze dias entre estes excelentes homens, minha mesa foi suntuosamente abastecida sem despesa e trataram-me com uma consideração que excedeu toda a minha espectativa ou os meus méritos». (94)

49

Conhecemos a situação de Cantagalo, em 1828, de documento oficial, com o tiulo: *Apontamentos estatisticos da Vila de São Pedro de Cantagalo*. Em resumo, era a seguinte:

Situação geográfica: terreno «montuoso», a oeste da Serra dos Orgãos, a 30 léguas da Capital do Império;

Fogos do Termo: 450;
Fogos da Vila: 50;

Habitantes do termo: 1.800 «de ambos os sexos e de todas idades»;

Habitantes da Vila: 256;
Escravos em geral: 2.700;

Autoridades constituidas do termo: O Corpo Municipal, o Comandante, com 9 praças, o Vigário da Vara e da Paróquia;

Rendimento da Câmara: 150$210;
Engenhos de Açúcar: 27;
Lojas de Fazenda: 3;
Tabernas: 17;
Estalagem: 1;
Casa de Pasto: 1;
Padaria: 1;
Lavras de ouro: 2;

Exportação: 100.000 arrobas de café, algum toucinho e tabaco;

Importação: escravos, ferro, aço, vinho, fazendas secas, farinha de trigo, bestas, boiadas e açúcar.

As pontes e caminhos eram feitos pelos fazendeiros. Não havia hospital, nem estabelecimentos literários. (95)

Já se achava, assim, o termo de Cantagalo povoado não só de pés de café, necessários a uma produção de 100.000 arrobas, mas também dos escravos responsáveis pelos cafezais. Os fazendeiros já tinham a possibilidade de construírem pontes e caminhos, indispensáveis ao transporte das arrobas de café.

Em 1829, a 26 de novembro, foi provido, no cargo de professor do Arraial de Santa Rita, Alexandre Bussard, com ...... 250$000 anuais, e, em 8 de julho de 1833, no de professor da vila de Cantagalo, João dos Santos Cardoso Junior, com 300$000 de ordenados anuais. (96)

50

Roteara-se extensão vastíssima do antigo sertão das minas de Macacu. Relativamente em pouco tempo se demudara a paisagem de um sem número de lugares. Os cafezais alinhados substituíram as matas virgens. Em 1839, o presidente da Província Paulino de Souza (Visconde do Uruguai) dizia ser de 200.000 arrobas a produção cafeeira de Cantagalo. Em menos de dez anos, portanto, duplicara a produção. No ano anterior, o capitalista Antônio Clemente Pinto que já era, segundo o mesmo presidente Paulino, «um dos mais acreditados fazendeiros de Cantagalo», oferecerá ele, Clemente Pinto, e os demais fazendeiros cantagalenses, o dinheiro necessário à construção de uma nova estrada de Cantagalo a Macaé, ligação esta que preferiam por ser mais curta. Esta oferta, ainda que não aceita, pois a estrada foi construída pelos cofres da Província, demonstra o grau de abastança dos fazendeiros e a sua liberalidade, tanto assim que a matriz de Cantagalo, ao contrário de muitas outras, não custou nada à Província.

O tenente-coronel Felício Fortes Bustamante Sá, chefe da seção de obras públicas, na qual se incluía Cantagalo, escreveu no seu relatório, datado de 2 de fevereiro de 1843: «A matriz da vila de Cantagalo, erigida à expensa dos povos, deve em grande parte a sua existência ao zelo religioso do cidadão João Lopes Martins, que muito se tem esforçado em sua pronta conclusão: construída de esteios e paredes de estuque de pau a pique, nada deixa todavia a desejar nesta espécie de construção, quanto à sua segurança, elegância e perfeição da mão-de-obra. Está quase

a tocar o seu termo». Em novembro deste mesmo ano ficou concluída a matriz, conforme comunicação da Câmara ao presidente Aureliano (Visconde de Sepetiba). (97)

51

Agradou-se de Cantagalo o inglês Jorge Gardner, de suas andanças, em 1841, pela Província do Rio de Janeiro. «A vila Cantagalo — descreveu-a Gardner — está situada em estreito vale, cercado de ambos os lados por montanhas de apreciável elevação: consiste em uma comprida e larga praça, dois lados da qual já cheios. Suas casas são na máxima parte bem construídas e o conjunto tem um aspecto de asseio e elegância». Hospedou-se no hotel do francês Friaux, localizado logo na entrada da vila, do lado direito. Apenas descreveu o hoteleiro como «um homenzarrão, já bem avançado de idade», que, na sua mocidade, «pertencera à guarda de Napoleão». (98)

Foi, no entanto, o Dr. Hermann Burmeister, alemão, que uns dez anos depois passou por Cantagalo, quem nos deixou o nome do francês, que servira na guarda do Imperador, combatendo em Austerlitz, e miudeou outras informações, dizendo ter Friaux deixado à esposa a administração da casa, que era perfeita. «Não se poderá encontrar melhor acolhida, em todo o Brasil do que a da Senhora Friaux, em Cantagalo», afirmava Burmeister. Uma sala, ao gosto francês, com paredes cheias de estampas, «que falavam da glória imperial», e um pêndulo, dava ao viajante momentos de conforto e segurança, que lhe faltaram nas estradas lamacentas. Na sala contígua, «uma bela refeição», conciliava definitivamente o hóspede com o ambiente, que o casal francês conseguira transplantar para o antigo sertão de Macacu. (99)

A Cantagalo, chamou-lhe Burmeister, em 1852, de «el dorado» do café. Gardner, porém, desde 1841, já escrevia: «Antigamente havia na vizinhança muita lavagem de ouro, mas hoje em dia quase ninguém se dá à procura desse metal. O grande objeto de cultivo é o café, que enche imensos tractos de terra. É levado por mudas ao fundo da baía e daí embarcado para o Rio». (100)

52

O arraial de Cantagalo foi elevado à categoria de vila a 9 de março de 1814, e à cidade a 2 de outubro de 1857. (101) Dias depois deste último acontecimento, a 28 de novembro de 1857, o futuro Conselheiro Paulino, então com vinte e poucos anos de idade, estava de visita, pela primeira vez, a Cantagalo, onde se casaria e passaria grande parte de sua vida. Dali es-

creveu a Carvalho Moreira, que fora seu chefe na Legação do Brasil em Londres: «Escrevo-lhe de Cantagalo, onde estou de passeio há mês e meio. Inaugurou-se há dias uma estrada de ferro que vem a este município, o mais rico e bem cultivado da Província e, portanto, do Império». (102)

Setenta anos depois da prisão e desterro do Mão de Luva, já era considerado o município de Cantagalo o mais rico e bem cultivado do Império, além de já possuir uma estrada de ferro, destinada, principalmente, a transportar a sua produção cafeeira para o porto de embarque. Esta estrada foi construída pelo então Barão de Nova Friburgo, o sesmeiro de 1819 a 1821, agora dono de várias fazendas no antigo descoberto. Do balanço da «casa de comércio» do Barão, datado de 31 de dezembro de 1861, vamos ver o que representavam essas fazendas na sua economia. No ativo do balanço, além de muitas ações de companhias e imóveis, constavam 1.038 ações, no valor de 200$000 cada uma, da Estrada de Ferro de Cantagalo, e o «Palacete em construção no Largo do Valdetaro», no qual já tinha gasto 738:788$809. As fazendas que possuía em Cantagalo eram: de *Santa Rita, Areas, Gavião* (a de maior produção), *Boa Sorte, Aldeia, Boa Vista, Cafés, Itaoca, Laranjeiras, Jacotinga* e *Sibéria*. Montava o total da produção essas fazendas a 105.886 arrobas de café que renderam a importância de 590:229$918. Deduzidas as despesas e contas do ano anterior, o saldo líquido do movimento das fazendas foi de 309:202$974. (103)

NOTAS

1) Publicado no *Jornal do Brasil*, de 6/10/1957.

2) Mapa existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

3) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXVI, 1ª Parte (1913), p. 293. O original deste documento *in* Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 5.2.11. Forma um códice, com o titulo: «Instrução que o Ilmº e Exmº Sr. Luiz de Vasconcellos e Soiza, Vice Rei e Capitam General do Estado do Brasil recebeo do seo antecessor o Ilmº e Exmº Sr. Marquez do Lavradio. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1779».

4) Arquivo Nacional, *in* despacho de Martinho de Melo e Castro a Luís de Vasconcelos e Souza, de 8/1/1785, Col. 67, Livro 10, fls. 29; e ofício de Manuel Pinto da Cunha e Souza a Martinho de Melo e Castro, de 16/7/1781, Col. 68, Livro 4, fls. 184. Não consegui apurar o nome do Intendente Geral do Ouro que concedeu licença a Maurício José Portugal, antecessor de Manuel Pinto da Cunha e Souza.

5) Este ofício do Conde da Cunha, de 26/12/1763, vem citado no despacho de Francisco de Mendonça Furtado, de 31/1/1765. Desta resposta de Mendonça Furtado é que deduzi a opinião do Conde da Cunha, contrária à concessão. (Arquivo Nacional, Col. 67, Livro 1 A, fls. 66).

6) Despacho cit., de Mendonça Furtado, de 31/1/1763 (Arquivo Nacional Col. 67, Livro 1 A, fls. 66).

7) RIGHB, Vol. 254 (1962), p. 343.

8) No documento citado em nota 3, publicado na RIHGB, sob o título: «Relação do Marquês de Lavradio», Tomo LXXXVI, se inclui uma relação assinada pelo Mestre de Campo Miguel Antunes Ferreira, datada de 1/11/1778. O Conselheiro Antônio Joaquim de Macedo Soares dá a descendência do mesmo Mestre de Campo Miguel Antunes Ferreira, no seu livro *Nobiliarquia Fluminense*, p. 63 (1947).

9) Essas fazendas de Maurício José Portugal e José Correia Morvan deviam de ficar na subida da serra, atual Serra de Friburgo, e foram arrasadas.

10) Carta do Rio de Janeiro, 10/8/1779. Esta carta foi, primitivamente, enviada ao Marquês de Lavradio, e logo depois repetida a Luís de Vasconcelos (Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 4, fls. 202 e 202 v.)

11) RIHGB, Vol. 254, cit. p. 342, carta do Conde da Cunha, de 9/11/1765, a Francisco Xavier Mendonça Furtado. Foram os dois frades presos e remetidos para Lisboa, em novembro de 1765.

12) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 4, fls. 184, ofício cit., de 16/7/1781, do Intendente Geral Manuel Pinto da Cunha e Souza.

13) *Ibidem*, fls. 191, doc. 3º.

14) *Ibidem*, fls. 195, doc. 4º.

15) *Ibidem*, fls. 191 e 196, docs. 3º e 5º, comunicação do Intendente Manuel Pinto à Câmara de Santo Antônio de Sá.

16) *Ibidem*, fls. 197, doc. 6º.

17) *Ibidem*, fls. 198, doc. 7º.

18) *Ibidem*, fls. 203, doc. 9º, carta do Sargento-Mor Manuel Pereira da Silva ao Vice Rei, de 27/11/1779; e Col. 68, Livro 7, fls. 221, carta de Luís da Cunha Menezes ao Vice Rei, de 12/4/78. Tschudi fez um breve histórico do Mão de Luva e do ouro em Cantagalo, bastante errado. Afirmou, entre outras coisas, sem prova, que Mão de Luva era «um ambicioso mulato». Não há documento algum, dos muitos existentes no Arquivo Nacional, que se refira ao Mão de Luva como mulato. Ao contrário. Nas relações dos indivíduos presos em 13/5/1786, no descoberto, enviadas pelo Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, se indicam todos os presos de cor: pardos, como são mencionados. O Mão de Luva, que figura em algumas dessas relações, não tem (nem os seus irmãos), a indicação de «pardo». (J. J. von Tschudi, *Viagens às Províncias do Rio de Janeiro a São Paulo*, p. 83. Trad., ed. da Livraria Martins Editora, 1953). Na citada «Relação do Marquês de Lavradio» também traz o relatório do distrito de Inhomirim, apresentado pelo Mestre de Campo Bartolomeu José Vahia, de quem transcrevi a denúncia (nota 12), *in* RIHGB, LXXVI, p. 311.

19) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 4, fls. 198, doc. 7), comunicação de agosto de 1779, cit. em nota 17.

20) *Ibidem*.

21) *Ibidem*, fls. 203. Comunicação do Mestre de Campo de Santo Antônio de Sá, Alexandre Alvares Duarte de Azevedo, de 6/8/1779, ao Vice Rei. Na citada «Relação do Marquês de Lavradio», vem um relatório apresentado por este Mestre de Campo (RIHGB, Tomo LXXVI, p. 289). O Conselheiro Antônio Joaquim de Macedo Soares dá também a descendência de Alexandre Alvares Duarte de Azevedo, *op. cit.*, pp. 66 e 77.

22) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 4, fls. 205 v.

23) *Ibidem*, doc. 8º.

24) *Ibidem*, doc. 9º, fls. 212. Este Sargento-Mor da Vila de São Salvador deve ser o Sargento-Mor do Distrito de Campos dos Goitacazes que aparece, com minucioso relatório, e com o nome de João de Abreu Pereira, na citada «Relação do Marquês de Lavradio», pp. 335 e segts.

25) Arquivo Nacional, doc. 12, carta da Vila de Santo Antônio de Sá, de 7/6/1780, Col. 68, Livro 4.

26) *Ibidem*, doc. 13, fls. 219 a 222. Esta inquirição deve ser de princípios de 1780, pois em junho embarcou J. Gomes para Portugal.

27) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 3, fls. 113.

28) *Ibidem*, Col. 68, Livro 4, fls. 182 e 183, de 25/8/1781. Este ofício foi publicado no RIHGB, Vol. 256 (1962), pp. 223 a 226.

29) Luís de Vasconcelos, em ofício de 14/9/1786, aponta-os por «facinorosos» (RIHGB, Vol. 256, cit., p. 234).

30) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 4, fls. 258 a 214, doc. 1.

31) *Ibidem*, fls. 242.

32) Encontrei a cópia dessa carta, a que se refere Luís de Vasconcelos. É a de 19/3/1784, já citada, em nota 30.

33) Parece-me que esta foi a primeira vez que o nome do Mão de Luva foi transmitido para Lisboa. Aí se deu ao Mão de Luva um título que bem merecia: de ter sido «um dos primeiros descobridores» das Minas de Macacu.

34) O oficial, a que se refere este passo, deve ser o Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho.

35) Deve ser a carta de 23/8/1784, citada em nota 31.

36) RIHGB, Vol. 256, cit., pp. 271 a 273. Não encontrei esse ofício no Arquivo Nacional. É possível tenha passado despercebido, nas minhas pesquisas, pois era grande a documentação examinada.

37) Faz, neste despacho, Martinho de Melo e Castro, um dos melhores históricos da ocupação do descoberto por Mão de Luva e seus companheiros. Indispensável à história de Cantagalo.

38) Arquivo Nacional, Col. 67, Livro 10, fls. 29 e segts.

39) *Ibidem*, fls. 39.

40) *Ibidem*, Col. 68, Livro 7.

41) Deve ser a carta de 24-12-1785, citada em nota 40 deste trabalho.

42) Prevaleceu nos documentos citados, por vezes, a grafia *Xopotó*. Esta é uma das poucas vezes que se grafou *Chopotó* que é a grafia correta e a que eu segui, pois assim a escreveu Teodoro Samapio, esclarecendo não ser voz tupi (*O Tupi na Geografia Nacional*, p. 188, Bahia, 1928).

43) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 7, fls. 11 e segts.

44) *Ibidem*, fls. 222.

45) *Ibidem*, Livro 7.

46) *Ibidem*, fls. 227 carta de 20-4-1786.

47) *Ibidem*, fls. 221.

48) *Ibidem*, fls. 223, carta de 31/3/1786. Nesta carta se reporta Luís de Vasconcelos à carta de 15-2-1786 do governador de Minas Gerais.

49) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 7.

50) *Ibidem*, fls. 227, doc. 8, carta de 20/6/1786.

51) Não consegui localizar esta cópia, a que se refere Luís da Cunha, das pessoas que viviam no descoberto.

52) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 7, fls. 228, doc. 6.

53) *Ibidem*, fls. 227.

54) *Ibidem*, fls. 232 e 233, doc. 10. É cópia, mas está autenticada: «Está conforme. Thomás Pinto da Silva».

55) Dou na íntegra esta relação, correspondendo à nota 64.

56) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 8, fls. 55 v., e RIHGB, Vol. 256, cit. p. 337 ofício de 21-7-1788.

57) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 7, fls. 228, Doc. 9. Está autenticada: «Está conforme. Tomás Pinto da Silva».

58) *Ibidem*, fls. 229, doc. 9. Autenticada com: «Está conforme. Tomás Pinto da Silva». Tschudi, *op. cit.*, p. 83, indicou o número de pessoas que formavam o bando do Mão de Luva, num total de 300 homens. A lenda formada anterior ao final do bando dava o número de 200 indivíduos homiziados no descoberto. Prevaleceu a lenda, inteiramente contrária à realidade, pois este número não ia além de cinqüenta pessoas, ao menos dos contrabandistas presos, como se vê desta relação.

59) Deste sobrenome de um irmão do Mão de Luva se vê que o nome da família a que ele pertencia, não era apenas Henriques, mas, sim, Henriques da Silva.

60) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 7, fls. 230, doc. 8.

61) Este irmão do Mão de Luva aparece, nesta relação com o nome de Inácio da Silva Henriques, quando figurou na anterior com o de Inacio Henriques da Silva. O mesmo aconteceu com o nome do outro irmão, Félix.

62) Está escrito «berrumas».

63) Está escrito «carumbes», sem acento, mas tanto em Antenor Nascentes, quanto em Teodoro Sampaio se consigna a palavra com acento no «e»: carumbés.

64) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 7, fls. 230 v. e 231, doc. 9.

65) *Ibidem*, fls. 233 v. e segts.

66) *Ibidem*, fls. 79.

67) Mesmo porque este importante documento já foi publicado na RIHGB, Vol. 256, cit., pp. 323 a 328.

68) Deve ser a de 20/6/1786, cópia no Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 7, fls. 227, em que Luís da Cunha participa o final do descoberto.

69) Refere-se à comunicação do Sargento-Mor Pedro Afonso, de 17/5/1786, que transcrevo no texto, correspondente à nota 54.

70. Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 7, fls. 217 a 219, e RIHGB, Vol. 256 cit. pp. 323 a 328.

71) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 7, fls. 239.

72) *Ibidem*, fls. 238. O fecho deste documento é o seguinte: «Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1786, o Escrivão da Intendência do Ouro, Joaquim José dos Santos. Está contorme».

73) Carta de 16/11/1788, *in* Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 7, doc. 6, anexo ao ofício de Luís de Vasconcelos, de 16/1/187.

74) Consta esta carta do Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 7, fls. 263.

75) Está assinada de Salvaterra dos Magos, 3/2/1788. Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 13, fls. 12. O visconde de Barbacena substituiu Luís da Cunha; nomeado a 25/8/1786 e posse a 11/7/1788 (*in* Varnhagen, *História Geral do Brasil* (5ª ed.), Tomo V, p. 285).

76) Consta da relação, correspondente à nota 72, o nome deste anspeçada: Justo Pinheiro de Faria.

77) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 13, fls. 13 (original).

78) Escreveu Luís de Vasconcelos: «... apreenderam-se os facinorosos, que ali se encontravam com o seu famoso cabeça Manuel Henriques, por alcunha o Mão de Luva, os quais foram presos e sentenciados no Juízo da Intendência do Ouro desta cidade». Carta ao Conde de Resende, 20/8/1789, *in* RIHGB, Tomo 4 (1842), p. 24.

79) Arquivo Nacional, Col. 70, Vol. 12, fls. 165. Tschudi, embora contando a história do Mão de Luva com vários erros, inclusive de ter ele escapado em 1786, dá a versão de ter sido desterrado para o Rio Grande do Sul, o que vem reforçar a minha hipótese (*op. cit.*, 80). Diz ainda ter morrido Mão de Luva em 1824 ou 1825. Meses depois do desterro da família de Maria Rosa, a 22/1/1787, outro morador no distrito de Macacu, Diogo Domingos Laranjeira, considerado «prejudicial», foi também desterrado para o Rio Grande do Sul, «para sentar praça de Espingardeiro». Viajou no bergantim *São Francisco de Paula e Almas*, Mestre Pedro Ferreira Travassos. Este Laranjeira bem que podia ser o enteado do Mão de Luva. (*Loc cit.*)

80) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 7, fls. 268 e 268 v.

81) *Ibidem*, fls. 287 e 288.

82) *Ibidem*.

83) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 8, fls. 55v. e 57, e 60 a 65. E RIHGB, Vol. 256, cit., pp. 337 a 341.

84) *Ibidem*.

85) Mawe contou também a história do Mão de Luva, com vários erros, inclusive dizendo que, no combate, houve mortos, e Mão de Luva desterrado para a África (John Mawe, *Viagens ao interior do Brasil*, trad., p. 128, Livraria Zélio Valverde, 1944, Rio de Janeiro).

86) RIHGB, Tomo 4, cit., pp. 24 a 29, e Tomo 5, 2ª série, Vol. 12 (1849), pp. 518 a 523.

87) Arquivo Nacional, Col. 68, Livro 23, fls. 253. Tschudi, *op. cit.*, p. 84 escreveu sobre o ouro de Cantagalo: «As cifras oficiais revelam quão pobre era a exploração de ouro na região. O Governo gastou, em vencimentos de funcionários, serviço de fiscalização, etc., nos anos de 1786 a 1803, a quantia de 79 contos e 419 mil-réis. A renda foi de 16 contos e 713 mil-réis, ou sejam 174 marcos, 6 oitavas e 875 grãos de ouro. O quinto real, nos últimos anos de 1801 a 1803 foi de 2 contos e 808 mil-réis, ou sejam 29 marcos e 2 onças de ouro. As despesas atingiram a 4 contos e 808 mil-réis, dando assim um *deficit* anual de 633 mil-réis. O total do ouro extraído nesses dezoito anos não passou de 80 a 100 marcos de metal puro. Daí em diante o rendimento ainda diminuiu progressivamente, de modo que a população do lugar deixou de faiscar, para se dedicar à agricultura, nesse vale de terras férteis». Eschwege (W. L. von), no livro *Pluto Brasiliensis*, p. 141,

escreveu: «Em 1810, o quinto de ouro recebido daquela região era tanto, que nem mesmo dava para pagar aos coletores e aos soldados. Mais tarde nada mais se obteve». São Paulo, CEN, 1944 (Col. Brasiliana).

88) Arquivo Nacional, Carta Régia, Vol. 47, fls. 262 e 263. No final da memória se diz que melhor podia informar o Conselheiro Luís Beltrão de Gouvea e Almeida.

89) *Arquivo Nacional* (publicação), Vol. XXXVI, pp. 265 a 265 (Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1939).

90) Meu artigo «Cantagalo», publicado no *Jornal do Brasil*, de 6/10/1957. O documento citado está na Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II-34, 19, 13.

91) Arquivo Nacional, Vol. XXXVI, cit., p. 269.

92) Mawe, *op. cit.*, p. 125.

93) *Ibidem*, p. 135.

94) *Ibidem*, p. 139.

95) Meu artigo citado: «Cantagalo». O documento transcrito está na Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II-34, 15, 57.

96) Meu artigo citado «*Cantagalo*».

97) *Ibidem*.

98) George Gardner, *Viagens ao Brasli* (trad.), p. 452 (1942, Companhia Editora Nacional, São Paulo).

99) Hermann Burmeister, *Viagem ao Brasil*, p. 131. Este viajante escreveu o seguinte: «O caminho que leva à chácara deste proprietário (o Senhor Scheiner) passa pela «Fonte do Luva», com pequena cascata debaixo de grandes gameleiras, que é tida como lugar do antigo covil do «Mão de Luva». O histórico que faz Burmeister também está inçado de erros, entre outros que o Mão de Luva conseguira escapar e, mais tarde, preso e degredado na África (pp. 130 e 131. Ed. da Livraria Martins, São Paulo, 1952).

100) *Loc. cit.*

101) J. F. Favilla Nunes, *Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro*, p. 84 (Rio de Janeiro, Companhia Tipográfica do Brasil, 1893).

102) Arquivo Histórico do Itamarati, Arquivo Particular do Barão de Penedo.

103) Meu artigo citado: «Cantagalo». O documento (original) se encontra no Arquivo do Visconde do Uruguai, atualmente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O ESPADIM DE CAXIAS DOS CADETES DO EXÉRCITO

(Histórico — Tradições — Simbolismo)

Ten.-Cel. Cláudio Moreira Bento
(Instrutor de História Militar — AMAN)

Nos últimos 46 anos, desde 15 dez. 1932, inicialmente na antiga Escola Militar do Realengo e, a partir de 1944, na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, tem-se repetido anualmente a mais significativa cerimônia militar da vida dos cadetes — os futuros chefes do Exército. É a entrega dos espadins aos cadetes do 1º ano por seus padrinhos ou madrinhas, em ato solene concorridíssimo, tradicionalmente presidido pelo Presidente ou Vice-Presidente da República. Recebem então os cadetes uma cópia fiel, em miniatura, da espada de campanha usada pelo Duque de Caxias — o Patrono do Exército, na pacificação de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (1842-45) *e no comando dos brasileiros nas guerras externas contra Oribe e Rosas* (1851-52) *e Tríplice Aliança contra o Paraguai* (1865-70).

A cerimônia atinge seu ponto culminante quando os cadetes recipiendários conscientes do grande simbolismo do ato, proferem em uníssono e com intensa vibração militar estas palavras tradicionais do cerimonial, já repetidas por todos os oficiais egressos do Realengo e Resende, atualmente no serviço ativo do Exército: «Recebo o sabre de Caxias como o próprio símbolo da Honra Militar.»

O Idealizador do Espadim de Caxias

Em 19 nov 1931 assumiu o comando da Escola Militar do Realengo o coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Oficial de escol, de sua alentada e brilhante folha de serviços prestados ao Exército e ao Brasil destacamos: instrutor militar, em 1916, da Escola de Direito do Largo São Francisco em São Paulo, cujo primeiro diretor e um dos seus fundadores foi o tenente-general José Arouche de Toledo Rendon; na França (1917-18), estagiário da Escola Militar de Saint-Cyr e combatente voluntário no 4º Regimento de Dragões da Cavalaria francesa, onde foi promovido a capitão por ato de bravura em ações de combate na França e Bélgica; introdutor dos blindados no Brasil, ao organi-